EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
LICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA COM ITENS EXCLUSIVOS E RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

RESUMO

Processo Licitatório:	061/2026
Modalidade:	Pregão Eletrônico com Registro de Preços 026/2026
Fundamento Legal:	Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 006/2.024
Objeto:	Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Materiais de limpeza, Utensílios e afins para atender as demandas das secretarias municipais de Jequitinhonha/MG.
Critério de Julgamento	Menor Preço por Item
Modo de Disputa	Aberto
Recebimento Propostas	Início 27/08/2026 Até 08h00min do dia 09/09/2026
Abertura de Propostas	09/09/2026 às 08h00min
Início disputa:	09/09/2026 às 09h00min
Referência de tempo:	Horário de Brasília
Pregoeira:	Thatiane Fernandes dos Santos
Local de Realização:	Plataforma: www.licitardigital.com.br
Informações:	licitacao@jequitinhonha.mg.gov.br

IMPORTANTE - ATENÇÃO

Aos licitantes RECOMENDAMOS para que se proceda a leitura atenta às condições e/ou exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. PREÂMBULO

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA/MG, por intermédio do Setor de Compras e Licitações, realizará a Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações www.licitardigital.com.br a qual, conforme especificado no termo de referência deste edital.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos pela Servidora nomeada como Agente de Contratação: Thatiane Fernandes dos Santos, designada pregoeira, nomeado pela Portaria Municipal nº 004/2.025, e pela Equipe de Apoio, regidos pela Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar n° 123/2006, e Decreto Municipal nº 006/2.024 que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha - MG, através do endereço eletrônico www.jequitinhonha.mg.gov.br, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP através do endereço www.gov.br/pncp) a partir da data de sua publicação.

1.4 Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha e www.jequitinhonha.mg.gov.br.

1.5 A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Materiais de limpeza, Utensílios e afins para atender as demandas das secretarias municipais de Jequitinhonha/MG, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - **Das Condições Gerais:**

3.1.1 - Poderão participar deste Processo Licitatório as Pessoas Jurídicas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive as que se referem à documentação.

3.1.2 - A simples participação neste Processo Licitatório importa total, irrestrita e irretratável submissão das proponentes às condições estabelecidas neste Edital.

3.1.3 - O descumprimento de quaisquer das condições de participação estabelecidas neste Edital será motivo para a inabilitação da proponente.

3.2 **- Da participação das Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):**

3.2.1 Será regida pela Lei Complementar nº 123/2006.

3.2.2 Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º, abaixo transcrito:

> §4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o Art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:
> I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
> II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
> III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
> IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
> V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
> VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
> VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;
> VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
> IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
> X - constituída sob a forma de sociedade por ações.
> XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.2.3. A presente licitação terá os **itens com valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) com participação exclusiva de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e equiparadas**. Para os itens cujo valor estimado está acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme consta no ANEXO I – Termo de Referência foi fracionado em cota de 25% do quantitativo de cada item, para participação exclusiva de ME, EPP e equiparadas, sendo o quantitativo restante de 75%, aberto para ampla participação de empresas em geral, e de qualquer região, tudo em conformidade com os artigos 48, inciso III da lei complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014.

3.2.3.1. Para a cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte a proposta de preços, deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.

3.2.3.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

3.2.3.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

3.2.4. Para o item **19, 26, 43, 46, 72, 98, 100, 102, 104 e 114** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.5 A obtenção dos benefícios a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.3 **Das Vedações:**

3.3.1 Não poderão participar deste Processo Administrativo Licitatório, direta ou indiretamente, ou celebrar Contrato dela decorrente, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Edital, as proponentes que:

3.3.1.1 Não explorem ramo de atividade compatível com o Objeto desta Licitação;

3.3.1.2 Sejam estrangeiras e não funcionem no País;

3.3.1.3 Se apresentem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão-de-obra ou cujas atividades não possam ser enquadradas fielmente ao disposto nos Artigos 3º e 4º da Lei Federal nº 5.764/71;

3.3.1.4 Integrem de um mesmo grupo econômico, de direito ou de fato, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.1.5 Em forma de Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

NOTA: A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica pelo fato e que a futura contratação é considerado objeto perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, sendo que é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação fiscal, trabalhista e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seu artigo 15 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalte-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcios, para o caso

concreto, visa exatamente afastar a restrição à competição.

3.3.1.6 Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e/ou impedimento de contratar com esta Administração, nos termos do Inciso III do Artigo 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021;

3.3.1.7 Tenham sido declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas, nos termos do Inciso IV do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.3.1.8 Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e/ou o Cadastro Nacionalde Empresas Punidas - CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

3.3.1.8.1 Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;

3.3.1.9 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores,dissolução ou liquidação;

3.3.1.10 O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os servidores e os empregados públicos municipais não poderão firmar contratos com o Município.

3.3.2 As pessoas jurídicas que possuam sócios em comum poderão participar do presente certame, desde que atuem de forma independente e autônoma, sendo vedada qualquer prática que comprometa a competitividade, a isonomia ou a lisura do procedimento licitatório.

3.3.2.1 A eventual existência de sócios em comum, por si só, não constituirá impedimento automático à participação no certame, devendo eventual restrição observar elementos concretos que evidenciem atuação coordenada, fraude, conluio, simulação de competição ou qualquer prática tendente a frustrar o caráter competitivo da licitação, nos termos dos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.3.2.2 Constatados indícios consistentes de atuação conjunta entre licitantes com o objetivo de manipular resultados, frustrar a competitividade ou obter vantagem indevida, a Administração poderá promover diligências, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo adotar as medidas cabíveis, inclusive desclassificação, inabilitação e aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

4 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo administrativo licitatório em análise - cabendo a pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis.

4.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
5.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações www.licitardigital.com.br.
5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Jequitinhonha ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
5.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
5.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
5.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
5.7. Como condição para participação no pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, ou através de declaração relativo às seguintes declarações:
a) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
b) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
c) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
d) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
e) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
f) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
g) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
h) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, preferencialmente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta comercial em arquivo PDF com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.4. - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.9. Os documentos de habilitação quando não juntados concomitantemente com a proposta ou documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pela pregoeira, em no máximo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

6.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.10.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da solicitação da pregoeira, via sistema.

6.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.12. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
6.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "**chat**" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
6.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico e em arquivo digital em formato PDF, dos seguintes campos:
7.1.1. - Valor unitário e total do lote e seus itens;
7.1.2. – Citar a **MARCA** dos equipamentos/produtos oferecidos e o **MODELO** do fabricante, em sendo o caso;
7.1.2.1. Citar obrigatoriamente a **MARCA** e **MODELO** dos produtos ofertados, em sendo o caso, observando-se que deverá ser indicada apenas uma marca para cada produto, sob pena de inabilitação do item não ofertado ou ofertado em desacordo com o previsto no edital;
7.2. – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
7.4. - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimentodos bens.
7.5. - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
7.6. - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
7.7. - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
7.8. - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.
7.9. - Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser preferencialmente anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.
7.10. - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, em que será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de no máximo 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado. A critério da pregoeira, desde que haja manifestação expressa e justificada do interessado antes do término do prazo inicial, o prazo poderá ser

prorrogado.

8.1.1 Na hipótese de necessidade de envio de informações complementares, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, após solicitação da pregoeira no sistema eletrônico.

8.2. A pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);

8.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

8.4. Os “Documentos para Habilitação” deverão conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

8.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato Social Consolidado), devidamente acompanhado do documento de identificação dos sócios e CPF;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação comprobatórios;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício, devidamente acompanhado do documento de identificação dos sócios e CPF;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

f) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;

g) A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar por escrito conforme modelo constante no ANEXO VIII, e comprovar tal condição mediante certidão simplificada expedida com data do ano em curso pela Junta Comercial, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações advindas da Lei Complementar 147/2014;

h) Número de telefone para contato e e-mail, e-mail este que valerá como meio oficial para recebimento de comunicados, notificações e intimações, de qualquer natureza, mesmo em processos administrativos de aplicação de sanções e de responsabilização;

8.4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

8.4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação, judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

a.1) Nas hipóteses em que a Certidão de Recuperação Judicial ou Extrajudicial encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação / deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial / extrajudicial em vigor.

8.4.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DEMAIS EXIGÊNCIAS DE LEI ESPECIAL

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado para os quais esteja ou tenha prestado o serviço de acordo com o objeto da Proposta de Preços, e que demonstrem o desempenho satisfatório fornecimento, de forma que comprove aptidão para cumprimento do objeto. Não será obrigatório a comprovação de características, quantidades e prazo com o objeto da licitação, evitando assim, restringir o caráter competitivo.

8.5 DEMAIS CONDIÇÕES:

Será realizada a **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (Cadastro de Pessoas Inidôneas) junto ao portal do TCU**, obtido através do link: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/, promovendo-se a INABILITAÇÃO dos licitantes que apresentarem restrições em licitar ou contratar com a Administração Pública.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 - A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

9.3 - As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,10 (dez centavos).

9.10 - Será adotado o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

9.11 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.14 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.18 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.19 - Durante a fase de lances, a pregoeira poderá, justificadamente, excluir lance cujo valor

seja manifestamente inexequível.

9.20 - No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.22 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.23 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.24 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25 - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

9.29 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal 14.133/2021, a saber:

> Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios dedesempate, nesta ordem:
>
> I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuoà classificação;
>
> II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente serutilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
>
> III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho,conforme regulamento;
>
> IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidadede Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de2009.

§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote a pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34 - Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

10.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, salvo comprovação de oscilação de mercado ocorrido após a elaboração dos orçamentos até a data de abertura das propostas.

10.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.4 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5 - A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.
10.7 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
10.8 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
10.8.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.
10.09 - Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
10.10 - A pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
10.11- Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
10.12- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo "*chat*".

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, quando aplicável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
11.2 - A pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor/mais vantajoso.
11.3 - Se a proposta de menor valor/maior vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
11.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
11.6 - Serão rejeitadas as propostas que:
11.6.1 - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;
11.6.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão da pregoeira.

11.7 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8 - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excecpionalmente a pregoeira poderá liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

13. DO RECURSO

13.1 - A pregoeira declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a pregoeira autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.3 - Havendo quem se manifeste, caberá a pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento a pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2 - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão

dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

15.1 - **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

15.2 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus documentos complementares, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

15.2.1 **-** E-MAIL preferencialmente INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço/ata, e-mail, preferencialmente institucional, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, atas, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

15.2.2 - Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao município de Jequitinhonha - MG.

15.2.3 - Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

15.2.4 - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

15.2.5 - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Jequitinhonha - MG, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

15.2.6 - Garantir os produtos contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

15.2.6.1 - Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

15.2.7 - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de Jequitinhonha, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

15.2.8 - Substituir, no prazo máximo conforme termo de referência, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo conforme termo de referência, podendo o município de Jequitinhonha - MG conceder prazo maior.

15.2.9 - Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

15.2.10 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus documentos complementares, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

15.2.11- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo conforme termo de referência consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

15.2.11 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais documentos complementares.

15.2.12 - Manter durante a execução deste contrato/ata todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.2.13 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando- se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

15.2.14 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Jequitinhonha - MG ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

15.2.15 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

15.3 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

15.3.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.3.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

15.3.5. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato administrativo;

15.3.6. Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo;

15.3.7. Cientificar seu órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

15.3.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato administrativo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

15.3.9. Concluída a instrução do requerimento, o Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

15.3.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DA ATA / CONTRATO

16.1. A ata / contrato será firmada nos termos da Minuta constante do Anexo II ou III do presente edital.

16.2. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico

e e-mail para assinar o contrato, que obedecerá desse edital, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

16.2.1 O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra para sua decisão.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato/ARP ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato/ARP, conforme art. 90 da Lei Federal 14.133/2021.

16.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação (regularidade fiscal) consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pela Secretaria Interessada neste processo, que acompanhará a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

17.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Jequitinhonha e terá as seguintes atribuições:

a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;

b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta,principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;

c) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;

d) Agir e decidir em nome do município, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) emdesacordo com as especificações exigidas;

e) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;

f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);

g) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entreo(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;

h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;

j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimentodo disposto neste instrumento;

k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;

l) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do CONTRATANTE;

m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

18. DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado em 30

dias, à CONTRATADA, através da Tesouraria, APÓS A ACEITAÇÃO DEFINITIVA, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo.

18.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o fornecimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

18.1.2 - A contagem para o 30º dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação DEFINITIVA e aceite do produto/equipamento pela fiscalização do Município de Jequitinhonha - MG e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

18.1.3 - Para execução do pagamento, licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Jequitinhonha - MG, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

18.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Jequitinhonha - MG.

18.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da licitante vencedora.

18.3 - O Município de Jequitinhonha - MG poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela licitante vencedora caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A licitante vencedora deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Jequitinhonha - MG.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante vencedora atenda à cláusula infringida.

c) A licitante vencedora retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Jequitinhonha - MG.

d) Débito da licitante vencedora para com o Município de Jequitinhonha - MG quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

18.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento porculpa do Município de Jequitinhonha - MG, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros deacordo com o índice de variação do IGM-M do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou poroutro índice que venha lhe substituir, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma formapara o atraso.

NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: licitacao@jequitinhonha.mg.gov.br.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora ou

não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Jequitinhonha - MG, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Municípiode Jequitinhonha - MG, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada no inciso “e”, quando ocorrido a seguinte situação:

f.1) Quando fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou mercadorias, prestação de serviços ou contrato dela decorrente:

I - Entregando uma mercadoria por outra;

II- Alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida

f.2) Sempre que anteriormente tenha sido aplicada a suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

f.3) Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao Município de Jequitinhonha - MG, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção.

f.4) - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/2021;

f.5) - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

20.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com o município de Jequitinhonha - MG poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

20.1.1 - Retardarem a execução do pregão;

20.1.2 -Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

20.1.3 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

21. PRAZO DE ENTREGA

21.1. Os produtos serão entregues conforme demanda das Secretarias Municipais, devendo ser entregues conforme determinado pelo Setor de Compras, no âmbito do Município de

Jequitinhonha, por conta do contratado. Os pedidos serão efetuados por meio de requisição própria, emitida pelo Setor de Compras.

21.2. A entrega dos materiais será fiscalizada por servidor responsável, o que não eximirá a Contratada da responsabilidade pelo fornecimento, notadamente quanto aos aspectos de qualidade, estado de conservação ou quaisquer outras alterações que venham interferir na qualidade do objeto ofertado.

21.3. O prazo de entrega dos produtos será de 10 (dez) dias corridos, podendo ser prorrogado por igual período desde que autorizado pela CONTRATANTE, parceladamente, contados da data do recebimento da nota de empenho ou da ordem de fornecimento.

21.4. Todas as despesas pertinentes a entrega serão de responsabilidade da licitante vencedora como fretes, cargas e descargas.

21.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

21.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado de acordo com o caso concreto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

21.7. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

22. DO REAJUSTAMENTO

22.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis:

22.1.1 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato de príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Fornecedor Registrado e a retribuição do Município de Jequitinhonha para a justa remuneração da prestação de serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata de registro de preço.

22.1.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterado ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes, para mais ou menos, conforme o caso.

22.1.3 - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo prestador de serviços Registrado, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preço, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos nas quais constarão a situação anterior e a situação atual que eventualmente justificarão o reajuste da ata de registro de preço, bem como documentação correlata (lista de preços, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias primas, etc) que comprovem que o registro dos preços tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

22.1.4 - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Município de Jequitinhonha, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preço, sem prejuízo da Municipalidade.

22.1.5 - Fica facultado ao Município de Jequitinhonha realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pelo Fornecedor Registrado.
22.1.6 - A eventual autorização da revisão dos preços registrados será concedida após análise técnica e jurídica do Município de Jequitinhonha, porém contemplará os serviços prestados a partir da data do protocolo do pedido no Setor de Licitações.
22.1.6.1 - Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, o fornecedor registrado não poderá suspender os serviços, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
22.1.6.2 - O Fornecedor Registrado deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos serviços realizados após o protocolo do pedido de revisão.
22.1.6.3 - A planilha de composição de custos deverá ser apresentada juntamente com a proposta.

23. DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO

23.1 - O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições propostas, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, oriundos quando firmado o Contrato.

24. DA SIGILO E DE PROTEÇÃO DE DADOS

24.1 - O Fornecedor e Órgão Gerenciador, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, sendo certo que se adaptará, inclusive, à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
24.2 - Fornecedor e Órgão Gerenciador se obrigam ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados ao sigilo profissional.
24.3 - As partes de obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste instrumento, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares;
24.4 - O Fornecedor e Órgão Gerenciador se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes;
24.5 - O Município de Jequitinhonha/MG, não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte do Fornecedor e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados;
24.6 - O órgão Gerenciador não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que

tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento do Município de Jequitinhonha /MG não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

24.7 - O Município de Jequitinhonha /MG não irá compartilhar nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da Lei Federal nº 13.709/2018, que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular;

24.8 - O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato;

24.9 - Eventuais violações externas que atinjam o sistema de proteção do Município de Jequitinhonha /MG serão comunicadas aos titulares, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

24.10 - Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

24.9.1 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

24.9.2 Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

24.9.3 Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

24.9.4 Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 - Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

25.2 - Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo coma sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço.

25.3 - É facultado a pregoeira ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

25.4 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos fornecimentos, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

25.5 - Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os fornecimentos, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o àspenalidades legalmente estabelecidas.

25.6 - Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificaçãonesta licitação.

25.7 - Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei Federal 14.133/2021, no artigo 155, com aplicação das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei Federal.

25.8 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentosde habilitação apresentados na sessão.

25.9 - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específicanão ficando necessariamente obrigado o CONTRATANTE a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

25.1 - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressada Administração.

25.10 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

25.11 - A PREGOEIRA, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.12 - É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

25.13 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pela pregoeira de forma exclusiva pela plataforma de licitações LICITAR DIGITAL (www.licitardigital.com.br).

25.14 - Complementam o Presente Edital, como documentos complementares, na plataforma LICITAR DIGITAL:

a) Termo de Referência;

b) Minuta da Ata;

c) Minuta do Contrato.

25.15 - Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico www.licitardigital.com.br, www.gov.br/pncp ou www.jequitinhonha.mg.gov.br.

25.16 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

25.17 - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.

25.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.19 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade,a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim decompletar a instrução do processo.

25.20 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo administrativo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no art. 337, da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.21 - O licitante vencedor reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquerproposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade

financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

25.22 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputaentre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia,a finalidade e a segurança da contratação.

25.23 - O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato/Ata.

25.24 - O foro da Justiça Estadual de Jequitinhonha - MG, é eleito para dirimir os eventuais litígios que decorrerem da execução deste contrato administrativo que não puderem ser compostos pela conciliação (§ 1º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021).

25.25 - Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Pregoeira, localizada na Av. Pedro Ferreira, 159, Centro, CEP: 39.960-000 - Jequitinhonha-MG, nos dias úteis, das 08h00 às 17h00 ou pelo telefone (33) 3741-1312 e-mail: licitacao@jequitinhonha.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através da Plataforma de Licitações www.licitardigital.com.br e www.gov.br/pncp.

Jequitinhonha - MG, 25 de agosto de 2026.

Original Assinado
Thatiane Fernandes dos Santos
Pregoeira

Original Assinado
Reinaldo Francisco de Oliveira Júnior
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Licitatório nº 061/2026
Pregão Eletrônico nº 026/2026

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais que regulamenta Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito municipal de Jequitinhonha - MG, e suas alterações, apresentamos o presente Termo de Referência para subsidiar a administração Municipal, na eventual contratação.

1. OBJETIVO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo definir os conjuntos de elementos que norteiam a contratação de empresa para Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Materiais de limpeza, Utensílios e afins para atender as demandas das secretarias municipais de Jequitinhonha/MG.

1.2. A quantidade estimada baseia-se na média de consumo de anos anteriores, conforme demonstrado abaixo:

ITEM	PRODUTO	UNID. MEDIDA	QTE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ÁCIDO MURIÁTICO - SOLUÇÃO AQUOSA DE CLORETO DE HIDROGÊNIO, ASPECTO LÍQUIDO INCOLOR A AMARELADO, DE ODOR PUNGENTE E IRRITANTE, ALTAMENTE CORROSIVO À MAIORIA DOS METAIS, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA 8%. CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1000ML.	CAIXA	300	R$ 109,33	R$ 32.799,90
2	ÁGUA SANITÁRIA ALVEJANTE 2L - BACTERICIDA, COM BICO DOSADOR, COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, OU DE CÁLCIO, COM TEOR DE CLORO LIVRE: 2,0 A 2,5% P.P.COMPOSIÇÃO:PRINCÍPIO ATIVO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CARBONATO DE SÓDIO COM PORCENTAGEM DE ÁGUA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: YPÊ, DRAGÃO, BRILHANTE OU EQUIVALENTE OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE.	UNID.	5.000	R$ 10,45	R$ 52.283,50
3	ÁLCOOL (LÍQUIDO) ETÍLICO 70% INPM - INCOLOR E TRANSPARENTE, TOTALMENTE SOLÚVEL A ÁGUA, EMBALAGEM 01 LITRO. MARCAS DE REFERÊNCIA: TUPI, STAR, ASSEPTGEL, OU EQUIVALENTE OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE.	UNID.	1.500	R$ 11,00	R$ 16.511,25
4	ÁLCOOL EM GEL 70% - HIGIENIZADOR DE MÃOS, EMBALAGEM MÍNIMA DE 500ML, COM BICO DOSADOR, UTILIZA ALCOOL NEUTRO, BIDESTILADO,	UNID.	1.500	R$ 18,17	R$ 27.255,00

	ISENTO DE CONTAMINANTE, CONTÉM GLICERINA, BETAÍNA, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: AUDAX, ASSEPTGEL, ESSENCIAL, OU EQUIVALENTE OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE.				
5	ÁLCOOL ETÍLICO - COM SPRAY HIDRATADO 92,8 % DOMÉSTICO COM BORRIFADOR, PODENDO SER APLICADO NA PELE PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIE PARA LIMPEZA GERAL E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS, ELIMINA 99,9% DE GERMES E BACTÉRIAS - EMBALAGEM DE 1 LITRO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS DE REFERÊNCIA: FLOP´S, TUPI, START, OU EQUIVALENTE OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE	UNID.	2.000	R$ 12,28	R$ 24.566,60
6	AMACIANTE - DE ROUPAS, COMPOSIÇÃO: CLORETO DE DIAQUIL AMÔNIO, ACIDULANTE, COADJUVANTES, PRESERVANTE, PERFUME, CORANTE E ÁGUA. CONTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. CAIXA COM 06 UNIDADES DE 02 LITROS. MARCAS DE REFERÊNCIA: DOWNY, YPÊ, UAU, OU EQUIVALENTE OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE.	CAIXA	600	R$ 7,38	R$ 4.432,02
7	ANTI CORROSIVO SPRAY - CONTEÚDO 300ML, DESENGRIPANTE, LUBRIFICANTE.INDICADO PARA PROTEÇÃO CONTRA FERRUGEM, LUBRIFICAÇÃO E DESOXIDAÇÃO. COM ALTO PODER PENETRANTE, ESTE PRODUTO ELIMINA A UMIDADE, PREVINE A FERRUGEM E SOLTA PARTES EMPERRADAS.	UNID.	400	R$ 15,71	R$ 6.284,00
8	AVENTAL BRANCO - DE AÇOUGUEIRO E SERVIÇOS GERAIS, NA COR BRANCA, UM ITEM ESSENCIAL PARA QUEM BUSCA PROTEÇÃO E PRATICIDADE NO DIA A DIA. ESTE AVENTAL É PRODUZIDO EM COURO SINTÉTICO, MATERIAL RESISTENTE E FÁCIL DE LIMPAR, IDEAL PARA AMBIENTES DE TRABALHO QUE EXIGEM HIGIENE E SEGURANÇA. COM ALTURA DE 1,05 M E LARGURA DE 0,56 M, FRENTE ÚNICA COM FITA PARA AMARRAR NO PESCOÇO E NA CINTURA, ESTE AVENTAL É ADEQUADO PARA TODOS OS GÊNEROS, GARANTINDO UMA COBERTURA COMPLETA E CONFORTÁVEL.	UNID.	300	R$ 15,31	R$ 4.593,00

9	BALDE PLASTICO 30 LITROS COM ALÇA REFORÇADA - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS: ALTURA: 39 CM PROFUNDIDADE: 38 CM DIÂMETRO: 37 CM CAPACIDADE: 30 LITROS PESO: 0,700 G MATERIAL: PLÁSTICO POLIPROPILENO	UNID.	500	R$ 29,15	R$ 14.578,35
10	BALDE PLASTICO 50 LITROS COM TAMPA E ALÇA - COMPRIMENTO COM ALÇA 49CM DIAMETRO 46CM ALTURA 48CM	UNID.	400	R$ 85,17	R$ 34.070,68
11	BALDE PLÁSTICO CAPACIDADE 100 LITROS - COM TAMPA, COM ALÇAS REFORÇADAS, FEITO EM POLIETILENO, MEDIDAS DE 730MM DE ALTURA, 590MM DE LARGURA E 515MM DE PROFUNDIDADE, OFERECENDO UMA CAPACIDADE GENEROSA PARA ARMAZENAMENTO, CORES A COMBINAR.	UNID.	200	R$ 290,66	R$ 58.133,34
12	BOBINA - 30X40 - PICOTADA FUNDO RETO ECO-ROLL EXTRA FORTE FABRICADA COM MATÉRIA PRIMA VIRGEM, UTILIZADA EM AÇOUGUES, PADARIAS, MERCEARIAS, AGROPECUÁRIA ETC. PODE SER UTILIZADA TAMBÉM NO USO DOMÉSTICO NO ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS ENTRE OUTRAS UTILIDADES. PRODUTO DE QUALIDADE E COM GRANDE BENEFÍCIO PARA SEU COMÉRCIO. ESPECIFICAÇÕES: SOLDA E PICOTE NO FUNDO BOBINA COM APROXIMADAMENTE 2,6 KG DIMENSÕES: 30 X 40 CM GARANTIA: 90 DIAS PERÍODO LEGAL DADOS DO PRODUTO GARANTIA: 90(DIAS) MARCA: NCM: EAN: DADOS DE EMBALAGEM PESO TOTAL (PRODUTO + EMBALAGEM): 5800.00(GR) ALTURA: 31.00(CM) LARGURA: 12.00(CM) PROFUNDIDADE: 24.00(CM)	ROLO	180	R$ 46,50	R$ 8.370,00
13	BOBINA - 50X70 - PICOTADO FUNDO RETO BOBINAS PICOTADAS EM ROLOS COM 300 SACOS SÃO DE EXCELENTE QUALIDADE, UTILIZADA EM AÇOUGUES, PADARIAS, MERCEARIAS, AGROPECUÁRIA ETC. DIMENSÕES: 50CM X 70CM X 0,03MM (MICRAS/ESPESSURA) /CAPACIDADE:13KG.	ROLO	100	R$ 106,25	R$ 10.625,67
14	BOTA DE BORRACHA CANO ALTO – CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL TIPO BOTA IMPERMEÁVEL, CANO LONGO, CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO, BRANCO PVC	PAR	180	R$ 89,00	R$ 16.021,20

	(POLICLORETO DE VIN COM SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO ALTO MEDINDO 325MM;VULGANO; TAMANHO ADULTO COM NUMERAÇÃO E COR A COMBINAR)				
15	BOTA DE BORRACHA,CANO BAIXO - CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, INTEIRO POLIMÉRICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC); TAMANHO ADULTO COM NUMERAÇÃO E COR A COMBINAR.	PAR	180	R$ 103,93	R$ 18.707,99
16	CERA INCOLOR – CERA LÍQUIDA DE APLICAÇÃO SIMPLES E PRÁTICA, IDEAL PARA USO DOMÉSTICO EM DIVERSOS TIPOS DE SUPERFÍCIES. CONTEÚDO: EMBALAGEM COM 750ML DE CERA LÍQUIDA INCOLOR, QUANTIDADE SUFICIENTE PARA MÚLTIPLAS APLICAÇÕES E MANUTENÇÃO REGULAR DOS PISOS	CAIXA	80	R$ 36,16	R$ 2.893,06
17	CESTO DE LIXO TELADO 10 LITROS - LIXEIRA CESTO DE LIXO TELADA ESCRITÓRIO TELADA METAL ARAMADO, CAPACIDADE 10 LT. DIMENSÕES: DIÂMETRO DE BASE : 23CM / DIÂMETRO DA BOCA: 26,5CM / 28,5CM.	UNID.	120	R$ 14,42	R$ 1.730,79
18	CLORO ATIVO - COM BASE DE HIPLOCORITO DE SÓDIO; TEOR DE CLORO ATIVO 5%, ALVEJANTE, BACTERICIDA, CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LITRO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA . MARCAS DE REFERÊNCIA : SANTA CLARA, STAR, BRILHANTE, YPÊ, OU EQUIVALENTE OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE. **COTA PRINCIPAL**	UNID.	600	R$ 163,79	R$ 98.274,00
19	CLORO ATIVO – COM BASE DE HIPLOCORITO DE SÓDIO; TEOR DE CLORO ATIVO 5%, ALVEJANTE, BACTERICIDA, CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LITRO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA . MARCAS DE REFERÊNCIA : SANTA CLARA, STAR, BRILHANTE, YPÊ, OU EQUIVALENTE OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE. **COTA RESERVADA PARA O MPE**	UNID.	200	R$ 163,79	R$ 32.758,00
20	CORANTE LIQUIDO OU PIGMENTO, COR VERDE, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 50 ML, PARA USAR EM CERA - CORANTE LIQUIDO A BASE DE ÁGUA, FÁCIL DE HOMOGENEIZAR, COM ALTO PODER DE TINGIMENTO, EMBALAGEM DE 50ML, NA COR VERDE.	UNID.	500	R$ 12,42	R$ 6.211,65
21	CORDA DE NYLON PARA VARAL - 100%	PACOTE	200	R$ 10,10	R$ 2.021,50

	DE NYLON PARA VARAL, DE USO DOMÉSTICO, PACOTE COM 10M ESPESSURA DE 6MM.				
22	CREME REPELENTE SEM ÁLCOOL. - SEM ALCOOL, FÓRMULA DERMATOLOGICAMENTE TESTADO COM ICARIDINA, EMBALAGEM MÍNIMA DE 120G.	UNID.	200	R$ 23,89	R$ 4.778,00
23	DESENTUPIDOR DE PIA - FABRICADO COM POLIPROPILENO E BORRACHA TERMOPLASTICA, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA AO USO. CABO CURTO, COM FORMATO ERGONOMICO PARA MELHOR ENCAIXE NAS MÃOS E FÁCIL MANUSEIO.PODER DE SUCÇÃO: ALTO, COM DESIGNER SANFONADO PARA DESENTUPIR RAPIDAMENTE. APLICAÇÃO: IDEAL PARA DESENTUPIR PIAS, CUBAS E RALOS.	UNID.	200	R$ 5,95	R$ 1.191,34
24	DESENTUPIDOR DE VASO - FABRICADO COM POLIPROPILENO E BORRACHA TERMOPLASTICA, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA AO USO. CABO LONGO, COM FORMATO ERGONOMICO PARA MELHOR ENCAIXE NAS MÃOS E FÁCIL MANUSEIO.PODER DE SUCÇÃO: ALTO, COM DESIGNER SANFONADO PARA DESENTUPIR RAPIDAMENTE. APLICAÇÃO: IDEAL PARA DESENTUPIR VASOS SANITÁRIOS.	UNID.	350	R$ 28,33	R$ 9.916,65
25	DESINFETANTE LIQUIDO - PARA LIMPEZA ESCOLAR, COMPOSIÇÃO: CLORETO DE BENZALCONIO:0,24%(COMPONETE ATIVO); NONILFENOL EATOXILADO:9,5MDE, ACIDIFICANTE; CONSERVANTE; FRAGANCIA FLORAL E EUCALIPTO; CORANTE; AGUA. CARACTERÍSTICAS: PROTEÇÃO ATIVA: ELIMINA GERMES E BACTÉRIAS , INCLUINDO SALMONELAS E ESTAFILOCOCOS AUREOS. AÇÃO LIMPA PISO: EFICAZ NA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE PISOS ESCOLARES . EMBALAGEM 2LT , IDEAL PARA USO CONTÍNUO EM GRANDES ÁREAS . APLICAÇÕES: IDEAL PARA USO EM ESCOLAS, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE LIMPO SEGURO PARA ALUNOS E FUNCIONÁRIOS. FÁCIL DE APLICAR EM PISOS, SUPERFÍCIE MOBILIÁRIO, GARANTINDO UMA LIMPEZA PROFUNDA E EFICIENTE. **COTA PRINCIPAL**	UNID.	8.500	R$ 8,84	R$ 75.196,95
26	DESINFETANTE LIQUIDO. PARA LIMPEZA ESCOLAR. COMPOSIÇÃO:	UNID.	1.500	R$ 8,84	R$ 13.270,05

	CLORETO DE BENZALCÔNIO: 0,24% (COMPONENTE ATIVO) NONILFENOL EATOXILADO: 9,5 MDE ACIDIFICANTE CONSERVANTE FRAGRÂNCIA FLORAL E EUCALIPTO CORANTE ÁGUA. CARACTERÍSTICAS: PROTEÇÃO ATIVA: ELIMINA GERMES E BACTÉRIAS, INCLUINDO SALMONELAS E ESTAFILOCOCOS ÁUREOS. AÇÃO LIMPA PISO: EFICAZ NA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE PISOS ESCOLARES. EMBALAGEM: 2 LITROS, IDEAL PARA USO CONTÍNUO EM GRANDES ÁREAS. APLICAÇÕES: IDEAL PARA USO EM ESCOLAS, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE LIMPO E SEGURO PARA ALUNOS E FUNCIONÁRIOS. FÁCIL DE APLICAR EM PISOS, SUPERFÍCIES E MOBILIÁRIO, GARANTINDO UMA LIMPEZA PROFUNDA E EFICIENTE. **COTA RESERVADA MPE**.				
27	DETERGENTE LÍQUIDO - CONCENTRADO, NEUTRO, TENSOATIVO ANIÔNICO, SEQUESTRANTE, DERIVADOS DE ISOFALINURAS, ESPESSANTE, CORANTE E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL, BENZANO SULFORATO DE SÓDIO, TENSÓATIVO BIODEGRADÁVEL. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 ML, EM POLIETILENO VIRGEM COM TAMPA PUSH POOL.	UNID.	12.500	R$ 2,40	R$ 30.000,00
28	DISPENSER INOX PARA COPOS - CAPACIDADE MÍNIMA PARA 100 COPOS, DE 180 A 200ML. CONFECCIONADO EM AÇO INOX POLIDO, AISI 430, CHAPAS NAS ESPESSURAS 0,4 QUE GARANTE MAIOR DURABILIDADE. COM HASTES AJUSTÁVEIS PARA A RETIRADA DO COPO E TAMPA COM VISOR, ACOMPANHA BUCHAS E PARAFUSOS PARA INSTALAÇÃO.	UNID.	120	R$ 42,96	R$ 5.155,20
29	ESCOVA DE PLÁSTICO E NYLON PARA LAVAR ROUPA - DESCRIÇÃO DO PRODUTO: ESCOVA PARA LAVAR ROUPA OVAL PLÁSTICA. PRÁTICA E FUNCIONAL. DIMENSÕES APROXIMADAS: 25 X 19 X 7 CM ESCOVA 12 CM.	UNID.	400	R$ 7,57	R$ 3.029,32
30	ESCOVA PARA VASO COM SUPORTE - IDEAL PARA AUXILIAR NA LIMPEZA DO VASO SANITÁRIO, BASE DE PLÁSTICO IDEAL PARA MANTER A ESCOVA SANITÁRIA SECA E AUMENTANDO SUA DURABILIDADE.	UNID.	300	R$ 12,13	R$ 3.639,00
31	ESFREGÃO CAPILAÇÃO NYLON - NYLON COM BALDE CENTRIFUGA C/04 REFIS.	UNID.	200	R$ 208,33	R$ 41.666,66

	MATERIAL: CAPILARES FEITOS DE NYLON, IDEAL PARA ABSORVER E DISTRIBUIR A AGUA DE FORMA EFICIENTE. BALDE: CENTRIFUGA, PROJETADO PARA REMOVER O EXCESSO DE AGUA E MANTER A SUPERFÍCIE ÚMIDA , MAS NÃO ENCHARCADA.REFIS: INCLUI 4 REFIS, PERMITINDO UMA LIMPEZA MAIS EFICAZ E RÁPIDA.APLICAÇÕES: PERFEITO PARA LIMPEZAS RÁPIDAS E EFICIENTES EM PISOS, ÁREAS EXTERNAS E SUPERFÍCIES DURAS. DESIGN: ERGONÔMICO E FÁCIL DE MANUSEAR, COM CABO RESISTENTE E REFIS REMOVÍVEIS PARA LIMPEZA E ARMAZENAMENTO.				
32	ESFREGÃO LAVA - ONIBUS FIBRA DE COCO - INDICAÇÃO: REMOÇÃO DA SUJEIRA MAIS PESADA DA LATARIA E PARA-BRISAS. COMPOSIÇÃO: BASE PLÁSTICA E CERDAS DE FIBRA DE COCO ORIGINÁRIA DE PAISES TROPICAIS, TENDO COMO PRINCIPAIS CARACTERISTICAS A ELASTICIDADE, DURABILIDADE E RESISTENCIA A UMIDADE PERMITINDO QUA A VASSOURA SEJA USADA NAS ATIVIDADES DE LAVAGEM DE AUTOS, MAQUINAS, VITRINES, POIS NÃO RISCAM A SUPERFICIE E RETEM MELHOR O SABÃO.	UNID.	120	R$ 82,78	R$ 9.933,60
33	ESPANADOR DE PÓ - CONFECCIONADO EM FIBRA DE SISAL, COM CABO DE MADEIRA, LEVE E PRÁTICO.	UNID.	200	R$ 30,47	R$ 6.094,66
34	ESPANADOR GRANDE - INDICADO PARA LIMPEZAS DE PAREDES, FORROS ATÉ LOCAIS DE DIFÍCIL ACESSO. CARACTERÍSTICAS: COMPRIMENTO: MÍNIMO DE 2,5METROS. PERMITINDO ALCANÇAR ÁREAS ALTAS SEM A NECESSIDADE DE ESCADAS OU SUPORTES ADICIONAIS. MATERIAL:CONFECCIONADO COM MATERIAIS DURÁVEIS, GARANTINDO LONGA VIDA ÚTIL E EFICÁCIA NA REMOÇÃO DE POEIRA.	UNID.	180	R$ 50,24	R$ 9.043,79
35	ESPONJA DE AÇO - ESPONJA DE AÇO DE ALTA QUALIDADE, COMPOSTA POR FILAMENTOS DE AÇO INOXIDÁVEL OU AÇO CARBONO, INDICADA PARA LIMPEZA PESADA DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, SUPERFÍCIES METÁLICAS, GRELHAS, PANELAS E OUTROS MATERIAIS RESISTENTES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: AÇO INOXIDÁVEL OU AÇO CARBONO	FARDO	400	R$ 39,10	R$ 15.640,00

	FORMATO: FIOS ENTRELAÇADOS EM FORMATO COMPACTO PESO UNITÁRIO POR PACOTE: APROXIMADAMENTE 60 GRAMAS PACOTE COM 08 UNIDADES FARDO COM 12 PACOTES. RESISTÊNCIA: ALTA DURABILIDADE E EFICIÊNCIA NA REMOÇÃO DE SUJEIRAS DIFÍCEIS USO DOMÉSTICO E PROFISSIONAL PARA LIMPEZA PESADA. NORMAS E CERTIFICAÇÕES: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE APLICÁVEIS AO SETOR.				
36	ESPONJA MULTIUSO - LADO AMARELO: FEITA DE POIETANO COM BACTERICIDA, GARANTINDO UMA LIMPEZA EFICAZ E HIGIÊNICA, IDEAL PARA LIMPEZA EFICAZ E HIGIÊNICA, IDEAL PARA SUPERFÍCIES DELICADAS. LADO VERDE: FEITO DE FIBRA SINTÉTICA, PERFEITO PARA REMOVER SUJEIRAS MAIS DIFÍCEIS SEM DANIFICAR AS SUPERFÍCIES.CARACTERÍSTICAS: COMPOSIÇÃO:POLIETANO COM BACTERICIDA DE UM, FIBRA SINTÉTICA DO OUTRO.APLICAÇÕES: IDEAL PARA COZINHA, BANHEIRO E OUTRAS ÁREAS DA CASA QUE NECESSITAM DE UMA LIMPEZA PROFUNDA.	UNID	4.000	R$ 1,93	R$ 7.746,80
37	ESSÊNCIA DE EUCALIPTO 1 LITRO - ESSÊNCIA DE EUCALIPTO 1 LITRO CARACTERISTICAS: VOLUME: 1 LITRO, IDEAL PARA USO PROLONGADO. AROMA: FRAGANCIA INTENSA E REVIGORANTE DE EUCALIPTO. APLICAÇÕES: UTILIZADA EM AROMATIZADORES, DIFUSORES E LIMPEZA.	LITRO	500	R$ 55,45	R$ 27.726,5
38	FLANELAS PARA LIMPEZA 100% ALGODÃO - COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, PROPORCIONANDO MACIEZ E ABSORÇÃO EFICIENTES. DIMENSÃO 39X39CM, TAMANHO IDEAL PARA DIVERSAS APLICAÇÕES DE LIMPEZA. COR BRANCA, PERMITINDO IDENTIFICAR FACILMENTE QUANDO A FLANELA ESTÁ SUJA E PRECISA SER LAVADA.	UNID.	2.500	R$ 2,56	R$ 6.408,25
39	FÓSFORO PALITO PEQUENO - EMBALAGEM: 1.200 CAIXAS, CADA UMA CONTENDO PELO MENOS 40 FÓSFOROS EM CADA CAIXA. MATERIAL: FEITO DE MADEIRA REFLORESTADA, GARANTINDO DURABILIDADE SUSTENTABILIDADE. FARCO COM 30 CAIXAS.	FARDO	50	R$ 92,46	R$ 4.623,16
40	FOSFORO, PALITO LONGO, DE MADEIRA	CAIXA	550	R$ 4,20	R$ 2.31[illegible]

	CAIXA COM 200 PALITOS. - FOSFORO, PALITO LONGO, DE MADEIRA CAIXA COM 200 PALITOS.				
41	GUARDANAPO DE PAPEL, EMBALAGEM COM 50 GUARDANAPOS DE 24CMX22CM - GUARDANAPO DE PAPEL, EMBALAGEM COM 50 GUARDANAPOS DE 24CMX22CM	PCT	1.200	R$ 2,99	R$ 3.596,04
42	INSETICIDA SPRAY 750 ML - VOLUME 750 ML PROPORCIONANDO UMA QUANTIDADE ADEQUADA PARA VÁRIAS APLICAÇÕES. APLICAÇÕES: EFICAZ NO COMBATE A MOSQUITOS, MOSCAS, BARATAS, FORMIGAS E OUTROS INSETOS COMUNS. COMPOSIÇÃO: FORMULADO COM INGREDIENTES ATIVOS QUE ELIMINAM INSETOS RAPIDAMENTE E DEIXAM UM AROMA AGRADÁVEL NO AMBIENTE.MODO DE USO: AGITE BEM ANTES DE USAR. PULVERIZE DIRETAMENTE NOS INSETOS OU NAS ÁREAS ONDE ELES SE ESCONDEM E TRANSITAM.	UNID.	550	R$ 26,95	R$ 14.822,50
43	KIT COM 04 LIXEIRAS TAMANHO 50LTS, NAS CORES AZUL, VERDE, AMARELO E VERMELHA. DESIGN: TAMPA BASCULANTE PARA FACILITAR O USO E EVITAR ODORES. ADESIVOS: INCLUI ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS. MEDIDAS: APROXIMADAS DE 64 CM DE ALTURA, 30 CM DE LARGURA E 30 CM DE PROFUNDIDADE. MATERIAL: PRODUZIDO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, RESISTENTE E DURÁVEL. **COTA RESERVADA MPE**.	KIT	20	R$ 1.586,87	R$ 31.737,40
44	KIT COM 04 LIXEIRAS: TAMANHO 50LTS, NAS CORES AZUL, VERDE, AMARELO E VERMELHA. - DESIGN: TAMPA BASCULANTE PARA FACILITAR O USO E EVITAR ODORES. ADESIVOS: INCLUI ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS . MEDIDAS: APROXIMADAS DE 64 CM DE ALTURA, 30 CM DE LARGURA E 30CM DE PROFUNDIDADE. MATERIAL: PRODUZIDO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, RESISTENTE E DURÁVEL. – **COTA PRINCIPAL**	KIT	60	R$ 1.586,87	R$ 95.212,20
45	KIT DE MASCARA RESPIRATÓRIA COM 2 FILTROS PARA GASES + ÓCULOS DE PROTEÇÃO - SEGURANÇA EPI INCOLOR, USADA PARA PINTURA, VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS. RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR, DE SEGURANÇA FACIAL, COM CA 12036 - TAMANHO ÚNICO. CONFECCIONADO EM COMPOSTO DE BORRACHA E SILICONE,	KIT	100	R$ 409,66	R$ 40.966,67

	DOTADO DE UMA VÁLVULA DE INALAÇÃO EM SUA PARTE TRASEIRA E DE UMA ROSCA EXTERNA EM SUA PARTE DIANTEIRA, ONDE SÃO ROSQUEADOS OS FILTROS QUÍMICOS MECÂNICOS E COMBINADOS				
46	KIT LIMPEZA CARRINHO PROFISSIONAL MOP ESFREGÃO LAVA E SECA - CARRINHO DE LIMPEZA PROFISSIONAL EQUIPADO COM SISTEMA DE MOP ESFREGÃO, BALDE COM DIVISÓRIA PARA ÁGUA LIMPA E SUJA, ESPREMEDOR DE MOP E RODÍZIOS PARA FÁCIL MOVIMENTAÇÃO. MATERIAL: ESTRUTURA EM PLÁSTICO RESISTENTE E METAL REFORÇADO PARA MAIOR DURABILIDADE. CAPACIDADE: BALDE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS, GARANTINDO EFICIÊNCIA NA LIMPEZA DE GRANDES ÁREAS. FUNCIONALIDADE: SISTEMA DE TORÇÃO EFICIENTE PARA REMOÇÃO DO EXCESSO DE ÁGUA, PROPORCIONANDO MAIOR PRATICIDADE E HIGIENE. INDICAÇÃO DE USO: IDEAL PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E HOSPITALARES, OTIMIZANDO O PROCESSO DE LIMPEZA COM AGILIDADE E ECONOMIA DE ÁGUA. **COTA RESERVADA PARA MPE.**	KIT	20	R$ 845,92	R$ 16.918,40
47	KIT LIMPEZA CARRINHO PROFISSIONAL MOP ESFREGÃO LAVA E SECA - CARRINHO DE LIMPEZA PROFISSIONAL EQUIPADO COM SISTEMA DE MOP ESFREGÃO, BALDE COM DIVISÓRIA PARA ÁGUA LIMPA E SUJA, ESPREMEDOR DE MOP E RODÍZIOS PARA FÁCIL MOVIMENTAÇÃO. MATERIAL: ESTRUTURA EM PLÁSTICO RESISTENTE E METAL REFORÇADO PARA MAIOR DURABILIDADE. CAPACIDADE: BALDE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS, GARANTINDO EFICIÊNCIA NA LIMPEZA DE GRANDES ÁREAS. FUNCIONALIDADE: SISTEMA DE TORÇÃO EFICIENTE PARA REMOÇÃO DO EXCESSO DE ÁGUA, PROPORCIONANDO MAIOR PRATICIDADE E HIGIENE. INDICAÇÃO DE USO: IDEAL PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E HOSPITALARES, OTIMIZANDO O PROCESSO DE LIMPEZA COM AGILIDADE E ECONOMIA DE ÁGUA. **COTA PRINCIPAL**	KIT	80	R$ 845,92	R$ 84.592,00
48	LIMPA ALUMÍNIO, EMBALAGEM	UNID.	800	R$ 3,56	R$ 2.848,00

	PLÁSTICA DE 500 ML, COMPONENTE ATIVO: ÁCIDO SULFÔNICO. - PRODUTO QUÍMICO DESENVOLVIDO PARA A LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE ALUMÍNIO, REMOVENDO SUJEIRAS, MANCHAS, OXIDAÇÕES LEVES E RESÍDUOS DE GORDURA SEM DANIFICAR O MATERIAL. INDICADO PARA USO DOMÉSTICO , INDUSTRIAL E COMERCIAL. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS, ÁCIDOS INORGÂNICOS E AGENTES DE LIMPEZA SPECÍFICOS PARA ALUMÍNIO. LÍQUIDO; TRANSPARENTE OU LEVEMENTE COLORIDO; EMBALAGEM: FRASCO DE 500 ML; MODO DE USO: APLICAÇÃO DIRETA SOBRE A SUPERFÍCIE , COM AUXÍLIO DE ESPONJA OU PANO, SEGUIDO DE ENXÁGUE COM ÁGUA EM ABUNDÂNCIA; INDICAÇÃO: LIMPEZA DE PANELAS, UTENSÍLIOS, PEÇAS E SUPERFÍCIE DE ALUMÍNIO. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM REGULAMENTAÇÕES VIGENTES DA ANVISA E DEMAIS ÓRGÃOS COMPETENTES.				
49	LIMPA VIDRO - PRODUTO LÍQUIDO ESPECIALMENTE FORMULADO PARA A LIMPEZA E REMOÇÃO DE MANCHAS. POEIRA, GORDURA E RESÍDUOS EM SUPERFÍCIE DE VIDRO, PROPORCIONANDO BRILHO E TRANSPARÊNCIA SEM DEIXAR RESÍDUOS OU MARCAS. INDICADO PARA USO DOMÉSTICO, COMERCIAL E INDUSTRIAL. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, ALCOOL, SOLVENTES E FRAGÂNCIA; ODOR: SUAVE E CARACTERÍSTICO; EMBALAGEM: FRASCO DE 500ML COM BICO BORRIFADOR PARA APLICAÇÃO FACILITADA; MODO DE USO: APLICAÇÃO DIRETA NA SUPERFÍCIE COM AUXÍLIO DE PANO SECO OU PAPEL ABSORVENTE; INDICAÇÃO: JANELAS, ESPELHOS.VITRINES BOX DE BANHEIRO, SUPERFÍCIE ENVIDRAÇADAS EM GERAL NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM REGULAMENTAÇÕES DA ANVISA E ÓRGAOS COMPETENTES. ARMAZENAR EM LOCAL FRESCO E AREJADO, LONGE DE FONTES DE CALOR.	UNID.	700	R$ 17,83	R$ 12.483,31
50	LIMPADOR MULTIUSO - PRODUTO DE LIMPEZA VERSÁTIL, DESENVOLVIDO	UNID.	2.000	R$ 7,79	R$ 15.580,00

	PARA REMOÇÃO EFICAZ DE SUJEIRA, GORDURA E MANCHAS EM DIVERSAS SUPERFÍCIES. IDEAL PARA USO DOMÉSTICO.COMERCIAL E INDUSTRIAL, PROPORCIONANDO LIMPEZA PROFUNDA SEM NECESSIDADE DE ENXÁGUE. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS, SOLVENTES, SEQUESTRANTES E FRAGÂNCIA. FRASCO DE 500 ML COM BICO BORRIFADOR PARA APLICAÇÃO FACILITADA. MODO DE USO: APLICAÇÃO DIRETA NA SUPERFÍCIE, SEGUIDO DE LIMPEZA COM PANO SECO OU ÚMIDO. INDICAÇÃO: PISOS, AZULEJOS, PLÁSTICOS, METAIS, FÓRMICA, VIDROS E OUTRAS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS . NORMAS E SEGURANÇA : PRODUTO EM CONFORMIDADE COM REGULAMENTAÇÃO NA ANVISA E ÓRGÃOS COMPETENTES. ARMAZENAR EM LOCAL FRESCO E AREJADO, LONGE DE FONTES DE CALOR.				
51	LIXEIRA COM PEDAL PLÁSTICA 12L - DESCRIÇÃO: CAPACIDADE : 12LITROS. MATERIAL: PLÁSTICO DE POLIPROPILENO, RESISTENTE E DURÁVEL. MECANISMO: PEDAL PARA ABERTURA, PERMITINDO O USO SEM NECESSIDADE DE TOCAR A TAMPA. DESIGN: TAMPA QUE EVITA A PROPAGAÇÃO DE ODORES E MANTÉM O AMBIENTE LIMPO E ORGANIZADO.	UNID.	150	R$ 27,09	R$ 4.063,99
52	LIXEIRA COM PEDAL PLÁSTICA 50L - DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 50 LITROS. MATERIAL: PLÁSTICO DE POLIPROPILENO, REISTENTE E DURÁVEL. MECANISMO: PEDAL PARA ABERTURA, PERMITINDO O USO SEM NECESSIDADE DE TOCAR A TAMPA. DESIGN: TAMPA QUE EVITA A PROPAGAÇÃO DE ODORES E MANTÉM O AMBIENTE LIMPO E ORGANIZADO.	UNID.	150	R$ 68,79	R$ 10.319,50
53	LIXEIRA EM AÇO INOX 12L - CAPACIDADE : 12LITROS. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO DURABILIDADE, RESISTÊNCIA À CORROSÃO E UMA APARÊNCIA ELEGANTE.	UNID.	100	R$ 105,89	R$ 10.589,67
54	LIXEIRA EM AÇO INOX 50L - LIXEIRA EM AÇO INOX COM TAMPA ARO 50 LITROS; A LIXEIRA EM AÇO INOX COM TAMPA ARO 50 LITROS, PRODUZIDOS EM AÇO INOX POLIDO 430 É CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430. ACABAMENTO EM EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430. PRODUTO MUITO RESISTENTE.	UNID	100	R$ 627,26	R$ 62.726,00

	(CLARO FAZENDO AS DEVIDAS MANUTENÇÕES). AS LIXEIRA EM AÇO INOX COM TAMPA ARO SUAS BORDAS SUPERIOR INFERIOR SÃO ENROLADAS PARA MELHOR MANIPULAÇÃO. PRATICO DISCRETO, FEITO COM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE. MEDIDAS: DIÂMETRO DE 30 CM X ALTURA DE 70 CM.				
55	LIXEIRA RETANGULAR COM PEDAL 100 LITROS BRANCA -TAMPA ACIONADA POR PEDAL ATRAVÉS DE HASTE METÁLICA. - POSSUI ARO SUPERIOR DESTINADO AO TRAVAMENTO DA BOCA DO SACO DE LIXO. - SEU DESIGN PERMITE ABERTURA DA TAMPA MESMO QUANDO ENCOSTADA EM PAREDES. - MEDIDAS EXTERNAS: A=91 X L=51 X P=57 CM (APROXIMADAMENTE). - ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA USO COMERCIAL / INDUSTRIAL. - DESIGN PROJETADO PARA UTILIZAÇÃO EM ESPAÇOS REDUZIDOS. - PESO: 3,3KG.	UNID.	100	R$ 434,70	R$ 43.470,00
56	LUVA DE MICROFIBRA MULTIUSO - IDEAL PARA LIMPEZA MAIS RÁPIDA DE MOVEIS E LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS, 100 % MICROFIBRA NÃO CAUSA RISCOS NAS SUPERFÍCIES, NÃO SOLTA PÓ E RETÉM SUJEIRAS, LAVÁVEL, EVITA BACTÉRIAS, NÃO RETÉM ODORES. MEDIDAS INDIVIDUAIS APROXIMADAS: LUVA - 26 CM X 20 CM X 5 CM.	UNID.	200	R$ 24,79	R$ 4.958,00
57	LUVA PARA COZINHA - LUVAS DE PROTEÇÃO DESENVOLVIDAS PARA USO EM ATIVIDADES CULINÁRIAS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E CONFORTO NO MANUSEIO DE UTENSÍLIOS QUENTES, ALIMENTOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LEVES. INDICADAS PARA USO DOMÉSTICO, COMERCIAL E PROFISSIONAL. MATERIAL: SILICONE COM TEXTURA: ANTIDERRAPANTE PARA MELHOR ADERÊNCIA EM OBJETOS MOLHADOS OU ESCORREGADIOS COR: VARIADA. TAMANHOS DISPONÍVEIS: P, M, G E GG. REVESTIMENTO INTERNO: ALGODÃO FLOCADO OU MATERIAL TÉRMICO PARA MAIOR CONFORTO. RESISTÊNCIA: PROTEÇÃO CONTRA CALOR MODERADO, UMIDADE E PRODUTOS DE LIMPEZA LEVES. INDICAÇÃO: MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, LAVAGEM DE LOUÇAS, PROTEÇÃO	CAIXA	200	R$ 33,91	R$ 6.782,00

	CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS QUENTES. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM NORMAS SANITÁRIAS E DE SEGURANÇA PARA USO EM COZINHAS. ARMAZENAR EM LOCAL SECO E PROTEGIDO DO CALOR EXCESSIVO. CAIXA COM 200 UNIDADES.				
58	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL - LUVAS DE PROTEÇÃO DESENVOLVIDAS PARA USO EM ATIVIDADES CULINÁRIAS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E CONFORTO NO MANUSEIO DE UTENSÍLIOS QUENTES, ALIMENTOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LEVES. INDICADAS PARA USO DOMÉSTICO, COMERCIAL E PROFISSIONAL. MATERIAL: SILICONE COM TEXTURA: ANTIDERRAPANTE PARA MELHOR ADERÊNCIA EM OBJETOS MOLHADOS OU ESCORREGADIOS COR: VARIADA. TAMANHOS DISPONÍVEIS: P, M, G E GG. REVESTIMENTO INTERNO: ALGODÃO FLOCADO OU MATERIAL TÉRMICO PARA MAIOR CONFORTO. RESISTÊNCIA: PROTEÇÃO CONTRA CALOR MODERADO, UMIDADE E PRODUTOS DE LIMPEZA LEVES. INDICAÇÃO: MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, LAVAGEM DE LOUÇAS, PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE LÍQUIDOS QUENTES. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM NORMAS SANITÁRIAS E DE SEGURANÇA PARA USO EM COZINHAS. ARMAZENAR EM LOCAL SECO E PROTEGIDO DO CALOR EXCESSIVO. CAIXA COM 200 UNIDADES.	CAIXA	250	R$ 14,78	R$ 3.696,67
59	LUVAS DE ALGODÃO E POLIÉSTER TRICOTADO - LUVAS CONFECCIONADAS EM ALGODÃO E POLIÉSTER, DESENVOLVIDAS PARA OFERECER CONFORTO E PROTEÇÃO EM ATIVIDADES QUE EXIGEM MANUSEIO SEGURO DE OBJETOS, EVITANDO ATRITO E SUJEIRA, INDICADAS PARA USO EM SERVIÇOS GERAIS, JARDINAGEM, CARGA E DESCARGA, ALÉM DE TRABALHOS LEVES NA CONSTRUÇÃO COM A INDÚSTRIA.MATERIAL: MISTURA DE ALGODÃO E POLIÉSTER, PROPORCIONANDO RESPIRABILIDADE E FLEXIBILIDADE. COR: BRANCA, MESCLADA, OU PERSONALIZADA CONFORME NECESSIDADE. TAMANHOS DISPONÍVEIS :P,M,G E GG. PUNHO:	PAR	400	R$ 48,41	R$ 19.364,00

	TRICOTADO OU COM ELÁSTICO PARA MELHOR AJUSTE ÀS MÃOS; TEXTURA, SUPERFÍCIE LISA OU PONTOS DE PVC ANTIDERRAPANTES (SE APLICAVÉL); RESISTÊNCIA: BOA DURABILIDADE CONTRA ABRASÃO E SUJEIRA LEVE; INDICAÇÃO ATIVIDADES LEVES QUE REQUEREM PROTEÇÃO CONTRA POEIRA, SUJEIRA E ATRITO. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO LAVÁVEL E REUTILIZÁVEIS.EM CONFORMIDADECOM NORMAS DE SEGURANÇA PARA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EPI'S, QUANDO APLICÁVEL, ARMAZENAR EM LOCAL SECO E AREJADO . EMBALAGEM : CONTÉM 1 PAR DE LUVAS.				
60	LUVAS PARA LIMPEZA PESADA - LUVAS DE SEGURANÇA RESISTENTES, DESENVOLVIDAS PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DURANTE ATIVIDADES DE LIMPEZA PESADA, MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E CONTATO COM SUPERFÍCIES ABRASIVAS. INDICADAS PARA USO DOMÉSTICO, COMERCIAL E INDUSTRIAL. MATERIAL: LÁTEX NATURAL, TEXTURA: ANTIDERRAPANTE NAS PALMAS E DEDOS PARA MELHOR ADERÊNCIA COR: VARIADA NO TAMANHOS DISPONÍVEIS: P, M, G E GG REVESTIMENTO INTERNO: FORRO EM ALGODÃO OU FLOCADO PARA MAIOR CONFORTO RESISTÊNCIA: ALTA DURABILIDADE CONTRA RASGOS, PRODUTOS QUÍMICOS E ABRASÃO INDICAÇÃO: LIMPEZA PESADA, USO EM COZINHAS INDUSTRIAIS, HOSPITAIS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS E SERVIÇOS GERAIS. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE SEGURANÇA, COMO ABNT/NBR E CERTIFICAÇÕES DE EPI. ARMAZENAR EM LOCAL SECO E PROTEGIDO DA LUZ.	PAR	1.000	R$ 13,96	R$ 13.966,70
61	LUVAS TERMICAS PARA BAIXA TEMPERATURA - LUVAS DE PROTEÇÃO TÉRMICA DESENVOLVIDAS PARA MANIPULAÇÃO DE OBJETOS EM AMBIENTE FRIO, CÂMARAS FRIGORÍFICAS E ATIVIDADES QUE EXIGEM ISOLAMENTO TÉRMICO CONTRA BAIXAS TEMPERATURAS. OFERECEM CONFORTO, FLEXIBILIDADE E SEGURANÇA AO USUÁRIO . MATERIAL: CAMADAS EXTERNASEM COURO SINTÉTICO, NEOPRENE OU POLIÉSTER IMPERMEÁVEL; ISOLAMENTO INTERNO:	PAR	100	R$ 40,41	R$ 4.041,00

	FORRO TÉRMICO EM LÃ SINTÉTICA , FLEECE OU ESPUMA TÉRMICA; COR: VARIADA; TAMANHOS DISPONÍVEIS: P,M,G,GG; PUNHO: ALONGADO E AJUSTÁVEL PARA MELHOR VEDAÇÃO CONTRA O FRIO; RESISTÊNCIA: PROTEÇÃO EFICAZ CONTRA BAIXAS TEMPERATURAS ; INDICAÇÃO: USO FRIGORÍFICOS, ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS CONGELADOS, TRANSPORTE DE CARGAS REFRIGERADAS E TRABALHOS EM AMBIENTES FRIOS. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO DE CONFORMIDADE COM NORMAS DE SEGURANÇA PARA EPI'S TÉRMICOS, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA RISCOS OCUPACIONAIS DE FRIO EXTREMO. ARMAZENAMENTO EM LOCAL SECO E PROTEGIDO DA UMIDADE.				
62	MANGUEIRA PARA ÁGUA 3/4 - TAMANHO 40 METROS, BICO E SUPORTE DE ENCAIXE - MANGUEIRA FLEXÍVEL E RESISTENTE, IDEAL PARA USO DOMÉSTICO, COMERCIAL E INDUSTRIAL NA CONDUÇÃO DE ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO, LIMPEZA E OUTRAS APLICAÇÕES ACOMPANHA BICO REGULADOR E CONECTORES PARA FÁCIL INSTALAÇÃO E USO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS :DIÂMETRO : 3/4 (19MM); COMPRIMENTO:40METROS: PVC FLEXÍVEL COM REFORÇO EM TRAMA DE POLIÉSTER OU SIMILAR PARA MAIOR RESISTÊNCIA ; ACOMPANHA : 1 BICO REGULADOR DE JATO (AJUSTÁVEL) E 2 CONECTORES DE ENGATE RÁPIDO; APLICAÇÃO: JARDINAGEM, LAVAGEM DE VEÍCULOS , LIMPEZA DE ÁREAS EXTERNAS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO RESISTENTE A VARIAÇÕES CLIMÁTICAS, RAIOS UV E DOBRAS. EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE QUALIDADE PARA MANGUEIRAS DE USO GERAL . ARMAZENAR EM LOCAL SECO E PROTEGIDO DO SOL QUANDO NÃO ESTIVER EM USO.	UNID.	100	R$ 222,21	R$ 22.221,00
63	MÁSCARA COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA DESENVOLVIDO PARA FILTRAR PARTÍCULAS , VAPORES ORGÂNICOS E GASES TÓXICOS , GARANTINDO MAIOR SEGURANÇA EM AMBIENTES COM ALTA	UNID.	100	R$ 60,20	R$ 6.020,67

	CONCENTRAÇÃO DE POLUENTES. INDICADA PARA USO INDUSTRIAL, QUÍMICO, HOSPITALAR E EM ATIVIDADES QUE EXIGEM PROTEÇÃO CONTRA SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CORPO DA MÁSCARA EM BORRACHA . SILICONE OU MATERIAL TERMOPLÁSTICO FLEXÍVEL; FILTRO : CARVÃO ATIVADO PARA ABSORÇÃO DE GASES E VAPORES NOCIVOS. TIPO DE MÁSCARA: SEMI FACIAL; SISTEMA DE VEDAÇÃO: AJUSTE ANATÔMICO PARA EVITAR VAZAMENTOS; FIXAÇÃO: TIRAS ELÁSTICAS AJUSTÁVEIS PARA MAIOR CONFORTO FIXAÇÃO SEGURA; INDICAÇÃO DE USO : PINTURA INDUSTRIAL , MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS , AMBIENTES COM POEIRA, VAPORES TÓXICOS E FUMOS METÁLICOS: CERTIFICAÇÕES : EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE SEGURANÇA E EPI'S , COMO NBR, ABNT E INMETRO.NORMAS E SEGURANÇA : RECOMENDA-SE A SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE PARA GARANTIR EFICIÊNCIA CONTÍNUA. ARMAZENAR EM LOCAL SECO, LONGE DE CONTAMINANTES.				
64	MÁSCARA FILTRO 3M 8500 DESCARTAVEL - RESPIRADOR DESCARTÁVEL PROJETADO PARA FORNECER PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONFIÁVEL CONTRA PARTÍCULAS NÃO OLEOSAS. ELA É IDEAL PARA USO EM AMBIENTES INDUSTRIAIS E DE MANUFATURA ONDE A PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E CERTOS AGENTES QUÍMICOS É NECESSÁRIA	UNID.	300	R$ 11,35	R$ 3.405,00
65	NAFTALINA - COMPOSIÇÃO: HIDROCARBONETO AROMÁTICO, COM FÓRMULA QUÍMICA C10H81. CATEGORIA TÓXICA: III(POUCO TÓXICA). APARÊNCIA : COR BRANCA OU LEVEMENTE AMARELADA. FRAGÂNCIA: ODOR CARACTERÍSTICO DE NAFTALINA. EMBALAGEM: PACOTE DE 1KG. USO: UTILIZADA COMO REPELENTE DE TRAÇAS E OUTROS INSETOS.	KG	20	R$ 50,78	R$ 1.015,66
66	ODORIZADOR DE AMBIENTE; 400 ML - PRODUTO EM AEROSSOL DESENVOLVIDO PARA PERFUMAR E NEUTRALIZAR ODORES INDESEJÁVEIS EM AMBIENTES INTERNOS, PROPORCIONANDO SENSAÇÃO	UNID.	600	R$ 17,06	R$ 10.240,02

	FRESCOR E BEM-ESTAR. INDICADO PARA USO DOMÉSTICO, COMERCIAL E INSTITUCIONAL. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS : VOLUME: 400ML; ESTADO FÍSICO : AEROSOL: FRAGÂNCIAS DISPONÍVEIS:LAVANDA, FLORAL, CÍTRICO, TALCO, ENTRE OUTRAS(ESPECIFICAR CONFORME NECESSIDADE) , MODO DE APLICAÇÃO SPRAY DE FÁCIL DISPERSÃO, PODENDO SER APLICADO DIRETAMENTE NO AMBIENTE; INDICAÇÃO: SALAS, BANHEIROS, ESCRITÓRIOS, HOTÉIS, LOJAS E DEMAIS ESPAÇOS FECHADOS.SECAGEM RÁPIDA, SEM DEIXAR RESÍDUOS. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO INFLAMÁVEL. MANTER LONGE DE FONTES DE CALOR E FORA DO ALCANCE DE CRIANÇAS . EM CONFORMIDADE COM REGULAMENTAÇÕES DA ANVISA E ÓRGÃOS COMPETENTES.				
67	PÁ COLETORA COM TAMPA - CABO EM AÇO E PÁ EM POLIPROPILENO.DESCRIÇÃO: MATERIAL DA PÁ: POLIPROPILENO, RESISTENTE E DURÁVEL . MATERIAL DA TAMPA: AÇO, PROPORCIONANDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. DESIGN: A TAMPA EM AÇO FACILITA A ABERTURA E O FECHAMENTO DA PÁ, MANTENDO O CONTEÚDO SEGURO E PROTEGIDO.	UNID.	80	R$ 48,52	R$ 3.881,86
68	PÁ PARA LIXO COM CABO DE MADEIRA E LÂMINA DE ZINCO - DESCRIÇÃO: MATERIAL DA PÁ: LÂMINA DE ZINCO, RESISTENTE E DURÁVEL. MATERIAL DO CABO: MADEIRA, COM MEDIDA DE 60CM PARA MANUSEIO CONFORTÁVEL . USO: IDEAL PARA COLETA DE LIXO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, COMBINANDO DURABILIDADE E EFICIÊNCIA.	UNID.	200	R$ 13,03	R$ 2.606,00
69	PÁ PARA LIXO DE PLÁSTICO COM CABO LONGO DE MADEIRA 80 CM. - MATERIAL DA PÁ : PLÁSTICO RESISTENTE, LEVE E DURÁVEL. MATERIAL DO CABO: MADEIRA, PROPORCIONANDO ROBUSTEZ E UM MANUSEIO CONFORTÁVEL. COMPRIMENTO DO CABO: 80CM, IDEAL PARA EVITAR QUE VOCÊ SE ABAIXE DEMASIADAMENTE AO RECOLHER O LIXO.	UNID.	200	R$ 18,04	R$ 3.608,00
70	PALITOS DE DENTE, ROLIÇOS EM MADEIRA, CAIXA COM 100 UNIDADES. - GARANTINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. QUANTIDADE: CAIXA	CAIXA	500	R$ 5,23	R$ 2.616,65

	COM 100 UNIDADES, IDEAL PARA USO DOMÉSTICO E EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS.				
71	PANO DE PRATO FELPUDO, 100% ALGODÃO. - MATERIAL 100% ALGODÃO, PROPORCIONANDO ALTA ABSORÇÃO E SUAVIDADE. ESTAMPAS: VARIADAS. ORIGEM: FABRICADO NO BRASIL, GARANTINDO QUALIDADE NACIONAL. CARACTERÍSTICAS: INCORPORADO, DURÁVEL E IDEAL PARA USO DIÁRIO. TAMANHO: 45CM X 65CM.	UNID.	2.250	R$ 17,69	R$ 39.802,50
72	PAPEL HIGIÊNICO 60 METROS POR ROLO. 100% CELULOSE. PAPEL TOTALMENTE BRANCO, FOLHA DUPLA, MACIO. COMPOSIÇÃO. MEDIDAS POR ROLO: 10CM DE LARGURA X 30M DE COMPRIMENTO. RECOMENDAÇÕES DE USO: IDEAL PARA HIGIENE ÍNTIMA. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 FARDO CONTENDO 16 PACOTES COM 4 ROLOS CADA. TOTAL DE 64 ROLOS. **COTA RESERVADA MPE.**	FARDO	400	R$ 224,00	R$ 89.600,00
73	PAPEL HIGIÊNICO 60 METROS POR ROLO: PAPEL HIGIÊNICO DE ALTA QUALIDADE, DESENVOLVIDO PARA PROPORCIONAR MACIEZ, CONFORTO E EFICIÊNCIA NO USO DIÁRIO. IDEAL PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INSTITUCIONAIS. COMPRIMENTO: 60 METROS POR ROLO. FARDO COM 8 PACOTES, CADA PACOTE CONTÉM 12 UNIDADES. TIPO: FOLHA SIMPLES, GARANTINDO EFICIÊNCIA E ECONOMIA COR: BRANCA TEXTURA: MACIA E CONFORTÁVEL, PICOTADO PARA FACILITAR O USO MATÉRIA-PRIMA: 100% NATURAL, NÃO RECICLADO, CLASSE 1 SUSTENTABILIDADE: PRODUTO CERTIFICADO COM SELO FSC OU SIMILAR, GARANTINDO RESPONSABILIDADE AMBIENTAL. INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM: DETALHES SOBRE O PRODUTO LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO NOME DO FABRICANTE COMPOSIÇÃO DO PAPEL PRODUTO ATÓXICO E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, ADEQUADO PARA USO SEGURO E HIGIÊNICO.	FARDO	1.100	R$ 224,00	R$ 246.400,00
74	PAPEL TOALHA: PAPEL TOALHA DE ALTA ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA, IDEAL PARA SECAGEM EFICIENTE DE MÃOS, LIMPEZA DE SUPERFÍCIES E USO GERAL EM AMBIENTES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E INSTITUCIONAIS.	PACOTE	5.000	R$ 5,76	R$ 28.833,50

	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BRANCA; FOLHA SIMPLES OU DUPLA; MACIA E RESISTENTE, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO; MATERIAL: 100% CELULOSE VIRGEM OU FIBRA NATURAL (NÃO RECICLADO); EM ROLO, COMPRIMENTO DO ROLO - ROLOS COM 60 TOALHAS CADA DE 22CM X 20 CM. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO ATÓXICO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E CERTIFICADO POR ÓRGÃOS AMBIENTAIS, COMO FSC OU SIMILARES. ARMAZENAR EM LOCAL SECO E PROTEGIDO DA UMIDADE. EMBALAGEM COM 2 ROLOS.				
75	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COM 1.000 FOLHAS. PAPEL TOALHA INTERFOLHADO DE ALTA QUALIDADE, DESENVOLVIDO PARA PROPORCIONAR EXCELENTE ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA. IDEAL PARA USO EM BANHEIROS, COZINHAS, ESCRITÓRIOS, HOSPITAIS E AMBIENTES COMERCIAIS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: QUANTIDADE: 1.000 FOLHAS; DOBRA: DUAS DOBRAS; FORMATO: 22 CM X 21 CM; COR: BRANCO; MATERIAL: 100% CELULOSE VIRGEM, NÃO RECICLADO; TEXTURA: RESISTENTE, MACIO E ALTAMENTE ABSORVENTE; USO: COMPATÍVEL COM DISPENSERS DE PAPEL TOALHA INTERFOLHADO. NORMAS E SEGURANÇA: PRODUTO CERTIFICADO, ATÓXICO E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. FABRICADO DENTRO DOS PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE. ARMAZENAR EM LOCAL SECO E AREJADO.	PACOTE	1.200	R$ 35,02	R$ 42.032,04
76	PEDRA SANITARIA 45G. DESCRIÇÃO: MATERIAL: BLOCO ACOPLADO PARA VASO SANITÁRIO. PESO: 45G. USO: HIGIENIZA E INIBE ODORES. VARIEDADES: DISPONÍVEL EM AROMAS COMO PINHO, MARINHO, LAVANDA E FLORAL.	UNID.	2.500	R$ 3,47	R$ 8.691,75
77	PINHO GEL MULTIUSO 2L. DESCRIÇÃO: TIPO: GEL DE LIMPEZA PARA USO PESADO. VOLUME: 2 LITROS. APLICAÇÕES: IDEAL PARA LIMPEZA DE COZINHAS, PIAS, PISOS, VASOS SANITÁRIOS E OUTRAS SUPERFÍCIES. EMBALAGEM: PLÁSTICA COM BICO DOSADOR, PROPORCIONANDO FACILIDADE NA APLICAÇÃO.	UNID.	2.100	R$ 20,15	R$ 42.315,00
78	PLACA DE AVISO. PISO ESCORREGADIO . DESCRIÇÃO: MATERIAL: FEITO DE	UNID.	100	R$ 47.60	R$ 4.760,75

	PLÁSTICO DURÁVEL. TAMANHO: TAMANHOS SÃO 24X16 CM OU 24X30 CM. DESIGN: COM MENSAGENS COMO "CUIDADO: PISO MOLHADO" OU "PISO ESCORREGADIO".				
79	PREDENDOR DE ROUPA PLÁSTICO, PACOTE COM 12 UNIDADES. DESCRIÇÃO: MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, DURÁVEL E LEVE. QUANTIDADE: PACOTE COM 12 UNIDADES.	PACOTE	300	R$ 4,28	R$ 1.286,01
80	PRODUTO MULTIUSO LÍQUIDO, EM PERFUMESS E FRAGÂNCIAS E DESINDECÇÃO. SOLUÇÃO LÍQUIDA, PRONTO PARA USO OU DILUÍVEL CONFORME NECESSIDADE. DEVE POSSUIR FÓRMULA EFICAZ NA REMOÇÃO DE SUJEIRAS, GORDURAS E RESÍDUOS DE DIVERSAS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS, INCLUINDO PISOS, AZULEJOS, VIDROS, PLÁSTICOS, METAIS, MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS. O PRODUTO DEVE APRESENTAR AÇÃO DESENGORDURANTE E HIGIENIZADORA, SER BIODEGRADÁVEL E POSSUIR PH NEUTRO OU LEVEMENTE ALCALINO, GARANTINDO SEGURANÇA PARA O MANUSEIO E PRESERVAÇÃO DAS SUPERFÍCIES. DEVE TER FRAGRÂNCIA SUAVE E NÃO CONTER SUBSTÂNCIAS CORROSIVAS OU TÓXICAS QUE POSSAM CAUSAR DANOS À SAÚDE OU AO MEIO AMBIENTE. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: FRAGRÂNCIA: SUAVE; EMBALAGEM: FRASCO RESISTENTE, COM TAMPA DOSADORA OU SPRAY, CONTENDO NO MÍNIMO 500ML. VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO OU CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMAS DA ANVISA OU OUTRO ÓRGÃO REGULADOR COMPETENTE.	UNID.	1.800	R$ 6,89	R$ 12.402,00
81	RODO 40CM. DESCRIÇÃO: COMPRIMENTO DO RODO: 40 CM. CABO: MADEIRA REVESTIDA DE PLÁSTICO, PROPORCIONANDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. DECORAÇÃO: CABO DECORADO. BORRACHA: DUPLA, GARANTINDO UMA LIMPEZA EFICIENTE E SEM DEIXAR RASTROS DE ÁGUA. BASE: PLÁSTICA, LEVE E FÁCIL DE MANUSEAR.	UNID.	780	R$ 12,12	R$ 9.453,60
82	RODO 60CM. DESCRIÇÃO: COMPRIMENTO DO RODO: 60 CM. CABO: MADEIRA REVESTIDA DE PLÁSTICO,	UNID.	400	R$ 16,46	R$ 6.585,32

	PROPORCIONANDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. DECORAÇÃO: CABO DECORADO. BORRACHA: DUPLA, GARANTINDO UMA LIMPEZA EFICIENTE E SEM DEIXAR RASTROS DE ÁGUA. BASE: PLÁSTICA, LEVE E FÁCIL DE MANUSEAR.				
83	SABÃO DE COCO BARRA 200 G. SABÃO DE COCO EM BARRA, FORMULADO COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS, INDICADO PARA A LIMPEZA DE TECIDOS, LOUÇAS E SUPERFÍCIES DIVERSAS. DEVE APRESENTAR EXCELENTE PODER DE LIMPEZA, FORMAÇÃO MODERADA DE ESPUMA E ENXÁGUE FÁCIL, SEM DEIXAR RESÍDUOS. O PRODUTO DEVE SER BIODEGRADÁVEL, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE CORANTES ARTIFICIAIS, PARABENOS E OUTROS AGENTES QUÍMICOS AGRESSIVOS. DEVE POSSUIR PH NEUTRO OU LEVEMENTE ALCALINO, GARANTINDO SUAVIDADE PARA AS MÃOS E TECIDOS DELICADOS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PESO UNITÁRIO: 200G (VARIAÇÃO MÁXIMA DE ±5%). COMPOSIÇÃO: BASE VEGETAL, LIVRE DE GORDURA ANIMAL E DERIVADOS DE PETRÓLEO; COR: NATURAL, SEM CORANTES ARTIFICIAIS; FRAGRÂNCIA: SUAVE E CARACTERÍSTICA DO COCO. EMBALAGEM: INDIVIDUAL, RESISTENTE, COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; PRODUTO BIODEGRADÁVEL E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. APLICAÇÕES: INDICADO PARA LAVAGEM MANUAL DE ROUPAS, LOUÇAS E SUPERFÍCIES DIVERSAS, PODENDO SER UTILIZADO EM AMBIENTES DOMÉSTICOS E INSTITUCIONAIS, COMO LAVANDERIAS, COZINHAS E HOSPITAIS.	UNID.	500	R$ 2,97	R$ 1.485,00
84	SABÃO EM BARRA PCT SABÃO EM BARRA PARA LIMPEZA GERAL, INDICADO PARA LAVAGEM DE ROUPAS, LOUÇAS E SUPERFÍCIES DIVERSAS. DEVE POSSUIR ALTO PODER DE REMOÇÃO DE SUJEIRAS E GORDURAS, COM ESPUMA MODERADA E ENXÁGUE FÁCIL, SEM DEIXAR RESÍDUOS. O PRODUTO DEVE SER BIODEGRADÁVEL, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E LIVRE DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À	PACOTE	1.800	R$ 24,75	R$ 44.562,06

	SAÚDE. DEVE APRESENTAR FÓRMULA COM BASE VEGETAL OU MISTA, SEM EXCESSO DE CARGA MINERAL, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E EFICIÊNCIA NA LIMPEZA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: QUANTIDADE: 5 UNIDADES POR EMBALAGEM; COMPOSIÇÃO: BASE VEGETAL OU MISTA, LIVRE DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS; COR: NATURAL OU LEVEMENTE PIGMENTADO, SEM CORANTES ARTIFICIAIS AGRESSIVOS; FRAGRÂNCIA: SUAVE E AGRADÁVEL; EMBALAGEM: PLÁSTICA OU DE PAPEL RESISTENTE, CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; PRODUTO BIODEGRADÁVEL E ADEQUADO PARA USO DOMÉSTICO E INSTITUCIONAL;				
85	SABÃO EM PÓ EMBALAGEM 1,600 KG. DETERGENTE EM PÓ PARA LAVAGEM DE ROUPAS, DESENVOLVIDO PARA REMOVER SUJEIRAS E MANCHAS DIFÍCEIS, PROPORCIONANDO LIMPEZA PROFUNDA E FRAGRÂNCIA DURADOURA. DEVE POSSUIR FÓRMULA BIODEGRADÁVEL, COM ALTO PODER DE FORMAÇÃO DE ESPUMA E AÇÃO EFICIENTE EM DIFERENTES TIPOS DE TECIDOS, INCLUINDO BRANCOS E COLORIDOS. O PRODUTO DEVE SER COMPATÍVEL COM LAVAGENS MANUAIS E EM MÁQUINAS, DISSOLVENDO-SE FACILMENTE NA ÁGUA SEM DEIXAR RESÍDUOS NOS TECIDOS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PESO: 1,6KG; COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS BIODEGRADÁVEIS, BRANQUEADORES ÓPTICOS, ENZIMAS ATIVAS E FRAGRÂNCIA SUAVE; COR: BRANCO OU LEVEMENTE COLORIDO, CONFORME A FORMULAÇÃO; FRAGRÂNCIA: SUAVE E DURADOURA; EMBALAGEM: RESISTENTE, COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; PRODUTO BIODEGRADÁVEL E SEGURO PARA USO DOMÉSTICO E INSTITUCIONAL; APLICAÇÕES: INDICADO PARA LAVAGEM DE ROUPAS BRANCAS E COLORIDAS, PODENDO SER UTILIZADO EM LAVANDERIAS	UNID.	1.000	R$ 23,09	R$ 23.096,70

	DOMÉSTICAS, COMERCIAIS E INSTITUCIONAIS.				
86	SABONETE COM HIDRATANTE SUAVE. SABONETE EM BARRA COM AGENTES HIDRATANTES, DESENVOLVIDO PARA LIMPEZA E HIDRATAÇÃO DA PELE. DEVE POSSUIR FÓRMULA SUAVE, DERMATOLOGICAMENTE TESTADA, COM PH BALANCEADO E INGREDIENTES QUE AUXILIAM NA MANUTENÇÃO DA UMIDADE NATURAL DA PELE. O PRODUTO DEVE APRESENTAR FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL E PROPORCIONAR ESPUMA CREMOSA, GARANTINDO SENSAÇÃO DE MACIEZ E FRESCOR APÓS O USO. DEVE SER ADEQUADO PARA TODOS OS TIPOS DE PELE, INCLUINDO PELES SENSÍVEIS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PESO UNITÁRIO: 125G (VARIAÇÃO MÁXIMA DE ±5%); COMPOSIÇÃO: BASE VEGETAL OU MISTA, COM AGENTES HIDRATANTES COMO GLICERINA, ÓLEOS NATURAIS OU MANTEIGAS VEGETAIS; COR: NATURAL OU LEVEMENTE PIGMENTADO; FRAGRÂNCIA: SUAVE E AGRADÁVEL; EMBALAGEM: INDIVIDUAL, RESISTENTE, CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E LIVRE DE SUBSTÂNCIAS AGRESSIVAS À PELE.	UNID.	1.200	R$ 3,65	R$ 4.388,04
87	SABONETE LÍQUIDO 500 ML. SABONETE LÍQUIDO DESENVOLVIDO PARA LIMPEZA SUAVE E EFICAZ DAS MÃOS E DO CORPO. SUA FÓRMULA CONTÉM AGENTES HIDRATANTES E PH BALANCEADO, PROPORCIONANDO MACIEZ À PELE SEM CAUSAR RESSECAMENTO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: EMBALAGEM: FRASCO DE 500ML RESISTENTE COM VÁLVULA PUMP DOSADORA, PRÁTICA E HIGIÊNICA, QUE FACILITA A APLICAÇÃO E EVITA DESPERDÍCIOS. FRAGRÂNCIA: ERVA-DOCE, PROPORCIONANDO UMA SENSAÇÃO REFRESCANTE E DE BEM-ESTAR. TEXTURA: LÍQUIDA, COM ESPUMA SUAVE E CREMOSA; VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E LIVRE DE SUBSTÂNCIAS AGRESSIVAS À PELE.	UNID.	1.500	R$ 27,33	R$ 40.995,00

88	SABONETEREIRA PARA PAREDE, DISPENSER HIGIENIZADOR PARA ALCOOL EM GEL OU SABONETE LIÍQUIDO. DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO, FIXADO NA PAREDE, IDEAL PARA USO EM AMBIENTES COMERCIAIS, INSTITUCIONAIS E RESIDENCIAIS. DEVE SER FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COMO PLÁSTICO ABS, GARANTINDO DURABILIDADE E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE: MÍNIMO DE 800ML; MATERIAL: PLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA OU AÇO INOXIDÁVEL, COM PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO; SISTEMA DE ACIONAMENTO: BOTÃO MANUAL OU SENSOR AUTOMÁTICO (SE APLICÁVEL); FIXAÇÃO: PARAFUSOS E BUCHAS OU FITA ADESIVA DUPLA FACE DE ALTA ADERÊNCIA (INCLUSOS); REABASTECIMENTO: TAMPA REMOVÍVEL OU SISTEMA DE ABERTURA PARA FÁCIL REPOSIÇÃO DO SABONETE; COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL COM SABONETE LÍQUIDO OU ESPUMA; VALIDADE: PRODUTO COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO;	UNID.	350	R$ 81,51	R$ 28.528,50
89	SABONETEIRA PARA SABONETE EM BARRA COM TAMPA. DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO, FIXADO NA PAREDE, IDEAL PARA USO EM AMBIENTES COMERCIAIS, INSTITUCIONAIS E RESIDENCIAIS. DEVE SER FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COMO PLÁSTICO ABS, GARANTINDO DURABILIDADE E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE: MÍNIMO DE 800ML; MATERIAL: PLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA OU AÇO INOXIDÁVEL, COM PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO; SISTEMA DE ACIONAMENTO: BOTÃO MANUAL OU SENSOR AUTOMÁTICO (SE APLICÁVEL); FIXAÇÃO: PARAFUSOS E BUCHAS OU FITA ADESIVA DUPLA FACE DE ALTA ADERÊNCIA (INCLUSOS); REABASTECIMENTO: TAMPA REMOVÍVEL OU SISTEMA DE ABERTURA PARA FÁCIL REPOSIÇÃO DO SABONETE; COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL COM SABONETE LÍQUIDO OU ESPUMA; VALIDADE: PRODUTO COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO;	UNID.	180	R$ 41,69	R$ 7.504,20

90	SACO ALVEJADO PARA LIMPEZA, EXTRA G – 55X80 CM, ENCORPADO. SACO DE TECIDO ALVEJADO, REUTILIZÁVEL, INDICADO PARA LIMPEZA GERAL EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS, COMERCIAIS E RESIDENCIAIS. DEVE POSSUIR ALTA ABSORÇÃO, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, SENDO IDEAL PARA REMOÇÃO DE SUJEIRAS, POEIRA E LÍQUIDOS EM DIVERSAS SUPERFÍCIES. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: MATERIAL: 100% ALGODÃO ALVEJADO OU MISTURA DE FIBRAS NATURAIS COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO; DIMENSÕES: MÍNIMO DE 60CM X 80CM; PARA GARANTIR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; COR: BRANCO OU CRU, SEM TINGIMENTOS ARTIFICIAIS; ACABAMENTO: COSTURA REFORÇADA PARA EVITAR DESFIAMENTO; VALIDADE: PRODUTO DE LONGA DURAÇÃO, REUTILIZÁVEL E LAVÁVEL;	UNID.	500	R$ 47,89	R$ 23.948,35
91	SACO DE FIBRA SINTÉTICA. MATERIAL: TECIDO DE POLIPROPILENO TRANÇADO, LAMINADO COM FILME DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE. CAPACIDADE: PROJETADO PARA ARMAZENAR ATÉ 50 KG. APLICAÇÕES: IDEAL PARA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, INDUSTRIAIS E OUTROS MATERIAIS VOLUMOSOS.	UNID.	200	R$ 6,50	R$ 1.300,00
92	SACO DE MUDA 20X30X20 SL. DESCRIÇÃO: DIMENSÕES: 20 CM X 30 CM X 20 CM. MATERIAL: FIRME E RESISTENTE, IDEAL PARA O CULTIVO DE MUDAS. APLICAÇÕES: ADEQUADO PARA VIVEIROS, JARDINS E HORTAS, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE PROPÍCIO PARA O CRESCIMENTO DAS PLANTAS.	MILHEIRO	15	R$ 82,83	R$ 1.242,49
93	SACO LISTRADO DE LIMPEZA. DESCRIÇÃO: MATERIAL: 100% ALGODÃO, PROPORCIONANDO ALTA DURABILIDADE E CAPACIDADE DE ABSORÇÃO. TAMANHO: 65 CM X 40 CM, IDEAL PARA DIVERSAS APLICAÇÕES DE LIMPEZA. CARACTERÍSTICAS: ENCORPADO, GARANTINDO EFICIÊNCIA NA REMOÇÃO DE SUJEIRA. DESIGN: LISTRADO.	UNID.	1.000	R$ 11,70	R$ 11.700,00
94	SACO PARA LIXO HOSPITALR INFECTANTE 100 LT. DESCRIÇÃO: MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), VIRGEM OU RECICLADO. CAPACIDADE: 100 LITROS.	PACOTE	500	R$ 99,82	R$ 49.911,65

	DIMENSÕES: 75 CM X 105 CM. NORMATIZAÇÃO: CONFORME AS NORMAS ABNT NBR 9191/7500 E ANVISA RDC 306.				
95	SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE 50 LITROS. DESCRIÇÃO: MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), VIRGEM OU RECICLADO. CAPACIDADE: 50 LITROS. NORMATIZAÇÃO: CONFORME AS NORMAS ABNT NBR 9191/7500 E ANVISA RDC 306.	PACOTE	500	R$ 51,71	R$ 25.858,35
96	SACO PLÁSTICO – PACOTE COM 100 UNIDADES. DESCRIÇÃO: MATERIAL: PLÁSTICO, NÃO RECICLADO. DIMENSÕES: 50 CM X 80 CM. QUANTIDADE: PACOTE COM 100 UNIDADES.	FARDO	500	R$ 68,38	R$ 34.190,00
97	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 100L/20KG. DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 100 LITROS, SUPORTE PARA ATÉ 20 KG. MATERIAL: PLÁSTICO REFORÇADO, GARANTINDO MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. CARACTERÍSTICAS: SOLDA DUPLA, PROPORCIONANDO SEGURANÇA EXTRA CONTRA VAZAMENTOS E RASGOS. QUANTIDADE: PACOTE COM 30 UNIDADES.	PACOTE	1.000	R$ 114,86	R$ 114.896,70
98	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 100L/20KG. DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 100 LITROS, SUPORTE PARA ATÉ 20 KG. MATERIAL: PLÁSTICO REFORÇADO, GARANTINDO MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. CARACTERÍSTICAS: SOLDA DUPLA, PROPORCIONANDO SEGURANÇA EXTRA CONTRA VAZAMENTOS E RASGOS. QUANTIDADE: PACOTE COM 30 UNIDADES. **COTA RESERVADA PARA MPE.**	PACOTE	600	R$ 114,89	R$ 68.938,02
99	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 150 LITROS. DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 150 LITROS. QUANTIDADE: PACOTE COM 30 UNIDADES. MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, IDEAL PARA GRANDES VOLUMES DE RESÍDUOS. **COTA PRINCIPAL**	PACOTE	1.000	R$ 63,91	R$ 63.916,70
100	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 150 LITROS –DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 150 LITROS. QUANTIDADE: PACOTE COM 30 UNIDADES. MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, IDEAL PARA GRANDES VOLUMES DE RESÍDUOS. **COTA RESERVADA PARA MPE.**	PACOTE	500	R$ 63,91	R$ 31.958,35
101	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 200 LITROS. DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 200 LITROS. QUANTIDADE: PACOTE COM 30 UNIDADES. MATERIAL: PLÁSTICO	PACOTE	800	R$ 88,14	R$ 70.512,00

	RESISTENTE, IDEAL PARA GRANDES VOLUMES DE RESÍDUOS. **COTA PRINCIPAL**				
102	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 200 LITROS. DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 200 LITROS. QUANTIDADE: PACOTE COM 100 UNIDADES. MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, IDEAL PARA GRANDES VOLUMES DE RESÍDUOS. **COTA RESERVADA MPE.**	PACOTE	200	R$ 88,14	R$ 17.628,00
103	SACO PLÁSTICO PARA LIXO DE 30 LITROS / 6KG. DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 30 LITROS, SUPORTA ATÉ 6 KG. DIMENSÕES: 59 CM X 62 CM. MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, COM SOLDA DUPLA PARA MAIOR SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS E RASGOS. QUANTIDADE: PACOTE COM 30 UNIDADES. **COTA PRINCIPAL**	PACOTE	2.500	R$ 32,74	R$ 81.866,75
104	SACO PLÁSTICO PARA LIXO DE 30 LITROS / 6KG DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 30 LITROS, SUPORTA ATÉ 6 KG. DIMENSÕES: 59 CM X 62 CM. MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, COM SOLDA DUPLA PARA MAIOR SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS E RASGOS. QUANTIDADE: PACOTE COM 30 UNIDADES. **COTA RESERVADA PARA MPE.**	PACOTE	1.300	R$ 32,74	R$ 42.570,71
105	SACO PLÁSTICO PARA LIXO TAMANHO 50 LITROS / 10KG. DESCRIÇÃO: CAPACIDADE: 50 LITROS, SUPORTA ATÉ 10 KG. MATERIAL: PLÁSTICO RECICLADO, SUPERFORTE E RESISTENTE. FORMATO: BOBINA, COM FECHO EM CADA SACO, PRÁTICO E SEGURO. COMPATIBILIDADE: PODE SER UTILIZADO EM PORTA-ROLOS. QUANTIDADE: ROLO COM 30 UNIDADES.	UNID.	700	R$ 15,96	R$ 11.174,31
106	SACOLA PLÁSTICA COM ALÇA BRANCA. DESCRIÇÃO: MATERIAL: PLÁSTICO NÃO RECICLADO, BRANCO LEITOSO, GARANTINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. DIMENSÕES: 60 CM X 80 CM, PROPORCIONANDO ESPAÇO SUFICIENTE PARA DIVERSOS TIPOS DE CARGA.	KG	700	R$ 26,79	R$ 18.753,00
107	SACOLA PLÁSTICA COM ALÇA, RECICLADA- TAMANHO 30X40 CM. DESCRIÇÃO: MATERIAL: PLÁSTICO RECICLADO, GARANTINDO SUSTENTABILIDADE E RESISTÊNCIA. DIMENSÕES: 30 CM X 40 CM, TAMANHO PRÁTICO PARA DIVERSAS APLICAÇÕES.	KG	150	R$ 21,59	R$ 3.238,99
108	SACOLA PLÁSTICA COM ALÇA, RECICLADA- TAMANHO 60X70 CM. DESCRIÇÃO: MATERIAL: PLÁSTICO	KG	200	R$ 29,46	R$ 5.893,34

	RECICLADO, GARANTINDO SUSTENTABILIDADE E RESISTÊNCIA. DIMENSÕES: 60 CM X 70 CM, TAMANHO PRÁTICO PARA DIVERSAS APLICAÇÕES.				
109	SAPONÁCEO EM PÓ 300 G. PRODUTO DE LIMPEZA EM PÓ, COM AÇÃO ABRASIVA SUAVE, INDICADO PARA REMOÇÃO DE SUJEIRAS DIFÍCEIS, GORDURAS, MANCHAS E INCRUSTAÇÕES EM SUPERFÍCIES DIVERSAS. IDEAL PARA A LIMPEZA DE PIAS, FOGÕES, AZULEJOS, INOX, LOUÇAS SANITÁRIAS E OUTRAS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PESO: 300G.; COMPOSIÇÃO: DETERGENTE EM PÓ COM MICROPARTÍCULAS ABRASIVAS, TENSOATIVOS E AGENTES BRANQUEADORES; COR: BRANCO OU LEVEMENTE PIGMENTADO; FRAGRÂNCIA: SUAVE E AGRADÁVEL; EMBALAGEM: POTE OU FRASCO RESISTENTE COM TAMPA DOSADORA, CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; BIODEGRADÁVEL: SIM, COM BAIXA TOXICIDADE AO MEIO AMBIENTE; APLICAÇÕES: INDICADO PARA USO DOMÉSTICO, COMERCIAL E INSTITUCIONAL, PROPORCIONANDO LIMPEZA PROFUNDA E BRILHO EM SUPERFÍCIES LAVÁVEIS SEM CAUSAR DANOS.	UNID.	80	R$ 9,73	R$ 778,66
110	SHAMPOO P/ VEÍCULOS. DETERGENTE AUTOMOTIVO DE ALTO RENDIMENTO, DESENVOLVIDO PARA LIMPEZA EFICIENTE DE VEÍCULOS, REMOVENDO SUJEIRAS, GRAXAS E RESÍDUOS SEM DANIFICAR A PINTURA OU PARTES METÁLICAS. DEVE POSSUIR PH NEUTRO OU LEVEMENTE ALCALINO, GARANTINDO SEGURANÇA PARA O USO FREQUENTE. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PESO: 50KG; COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS BIODEGRADÁVEIS, AGENTES DESENGRAXANTES E EMULSIONANTES; PH: NEUTRO OU LEVEMENTE ALCALINO (ENTRE 7 E 9); ESPUMA: FORMAÇÃO MODERADA, FACILITANDO O ENXÁGUE. DILUIÇÃO: PRODUTO CONCENTRADO, COM ALTA DILUIÇÃO EM ÁGUA PARA MAIOR RENDIMENTO; FRAGRÂNCIA: SUAVE E AGRADÁVEL; EMBALAGEM:	UNID.	80	R$ 448,33	R$ 35.866,66

	BOMBONA PLÁSTICA RESISTENTE, COM TAMPA VEDADA E ALÇA PARA TRANSPORTE SEGURO, CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; BIODEGRADÁVEL: SIM, REDUZINDO IMPACTOS AMBIENTAIS;				
111	SODA CAUSTICA 500 GR. HIDRÓXIDO DE SÓDIO (NAOH) EM ESCAMAS, PÉROLAS OU MICROESFERAS, INDICADO PARA LIMPEZA PESADA, DESOBSTRUÇÃO DE ENCANAMENTOS E USOS INDUSTRIAIS. POSSUI ALTO PODER CORROSIVO E ALCALINO, SENDO EFICAZ NA REMOÇÃO DE GORDURAS, RESÍDUOS ORGÂNICOS E OUTROS MATERIAIS INCRUSTADOS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PESO: 500G; COMPOSIÇÃO: HIDRÓXIDO DE SÓDIO (NAOH) COM CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 97%; FORMATO: ESCAMAS, PÉROLAS OU MICROESFERAS SOLÚVEIS EM ÁGUA; EMBALAGEM: POTE OU SACO PLÁSTICO RESISTENTE E VEDADO, COM RÓTULO CONTENDO INSTRUÇÕES DE USO, PRECAUÇÕES DE SEGURANÇA, FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; VALIDADE: MÍNIMO DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; USO SEGURO: PRODUTO ALTAMENTE CORROSIVO, DEVE SER MANUSEADO COM LUVAS E ÓCULOS DE PROTEÇÃO;	UNID.	600	R$ 23,72	R$ 14.233,98
112	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, PLÁSTICO. DESCRIÇÃO: MATERIAL: PLÁSTICO NAS CORES CINZA/BRANCO. FIXAÇÃO: PARA FIXAÇÃO NA PAREDE COM BUCHA E PARAFUSO, GARANTINDO ESTABILIDADE. APLICAÇÕES: COMPATÍVEL COM PAPEL TOALHA DE UMA OU DUAS DOBRAS.	UNID	400	R$ 35,38	R$ 14.153,32
113	TAPETE SANITIZANTE 0,70x0,50. TAPETE SANITIZANTE DESENVOLVIDO PARA A HIGIENIZAÇÃO DE CALÇADOS NA ENTRADA DE AMBIENTES, AUXILIANDO NA PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO POR AGENTES EXTERNOS. POSSUI RESERVATÓRIO PARA SOLUÇÃO DESINFETANTE, ALÉM DE BASE ANTIDERRAPANTE PARA MAIOR SEGURANÇA NO USO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES: 50 CM X 70 CM; MATERIAL: BORRACHA RESISTENTE OU EVA COM ALTA DURABILIDADE; CAPACIDADE DO	UNID	350	R$ 217,10	R$ 75.986,15

	RESERVATÓRIO: ADEQUADO PARA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE SOLUÇÃO DESINFETANTE SEM VAZAMENTOS; BASE: ANTIDERRAPANTE, PROPORCIONANDO MAIOR ADERÊNCIA AO PISO; BORDAS ELEVADAS: PARA EVITAR O DERRAMAMENTO DA SOLUÇÃO SANITIZANTE; COR: PRETA, CINZA OU OUTRA COR NEUTRA, CONFORME DISPONIBILIDADE DO FORNECEDOR; FÁCIL HIGIENIZAÇÃO: PODE SER LAVADO E REUTILIZADO; APLICAÇÕES: INDICADO PARA ENTRADAS DE RESIDÊNCIAS, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, HOSPITAIS, ESCOLAS E AMBIENTES INSTITUCIONAIS, PROMOVENDO MAIOR HIGIENE E SEGURANÇA SANITÁRIA. **COTA PRINCIPAL**				
114	TAPETE SANITIZANTE 0,70x0,50. TAPETE SANITIZANTE DESENVOLVIDO PARA A HIGIENIZAÇÃO DE CALÇADOS NA ENTRADA DE AMBIENTES, AUXILIANDO NA PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO POR AGENTES EXTERNOS. POSSUI RESERVATÓRIO PARA SOLUÇÃO DESINFETANTE, ALÉM DE BASE ANTIDERRAPANTE PARA MAIOR SEGURANÇA NO USO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES: 50 CM X 70 CM; MATERIAL: BORRACHA RESISTENTE OU EVA COM ALTA DURABILIDADE; CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO: ADEQUADO PARA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE SOLUÇÃO DESINFETANTE SEM VAZAMENTOS; BASE: ANTIDERRAPANTE, PROPORCIONANDO MAIOR ADERÊNCIA AO PISO; BORDAS ELEVADAS: PARA EVITAR O DERRAMAMENTO DA SOLUÇÃO SANITIZANTE; COR: PRETA, CINZA OU OUTRA COR NEUTRA, CONFORME DISPONIBILIDADE DO FORNECEDOR; FÁCIL HIGIENIZAÇÃO: PODE SER LAVADO E REUTILIZADO; APLICAÇÕES: INDICADO PARA ENTRADAS DE RESIDÊNCIAS, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, HOSPITAIS, ESCOLAS E AMBIENTES INSTITUCIONAIS, PROMOVENDO MAIOR HIGIENE E SEGURANÇA SANITÁRIA. **COTA RESERVADA PARA MPE.**	UNID	150	R$ 217,10	R$ 32.565,49
115	TOUCA DESCARTAVEL PCT C/100 UNIDADES. FABRICADA EM MATERIAL LEVE E RESPIRÁVEL, INDICADA PARA PROTEÇÃO CAPILAR EM AMBIENTES QUE EXIGEM HIGIENE E SEGURANÇA.	CAIXA	1.000	R$ 12,72	R$ 12.723,30

	UTILIZADA PARA EVITAR A CONTAMINAÇÃO POR FIOS DE CABELO E PARTÍCULAS, GARANTINDO PROTEÇÃO ADEQUADA EM ÁREAS HOSPITALARES, ALIMENTÍCIAS E INDUSTRIAIS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: MATERIAL: TNT (TECIDO NÃO TECIDO) OU POLIPROPILENO, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO; ELÁSTICO: EMBUTIDO E AJUSTÁVEL PARA MELHOR FIXAÇÃO NA CABEÇA; COR: BRANCA, AZUL OU OUTRA COR CONFORME DISPONIBILIDADE DO FORNECEDOR; TAMANHO: ÚNICO, COM AJUSTE ANATÔMICO PARA DIFERENTES USUÁRIOS; EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES, LACRADO E IDENTIFICADO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; USO ÚNICO: PRODUTO DESCARTÁVEL, NÃO REUTILIZÁVEL; VALIDADE: MÍNIMO DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.				
116	VASSOURA – DE PÊLO SINTÉTICO. PARA PISOS LISOS, COMO CERÂMICA, PORCELANATO, MADEIRA E LAMINADOS; VALIDADE: PRODUTO DE LONGA DURAÇÃO, RESISTENTE AO DESGASTE DIÁRIO.	UNID	600	R$ 43,16	R$ 25.896,00
117	VASSOURA DE NYLON TIPO NOVIÇA. VASSOURA RESISTENTE COM CERDAS DE NYLON, IDEAL PARA LIMPEZA DE ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS. POSSUI CERDAS FIRMES QUE REMOVEM SUJEIRAS MAIS PESADAS SEM DANIFICAR SUPERFÍCIES, SENDO INDICADA PARA PISOS RÚSTICOS, CALÇADAS, GARAGENS E OUTROS AMBIENTES DE ALTO TRÁFEGO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA, FLEXÍVEL E DURÁVEL; COMPRIMENTO DO CABO: MÍNIMO DE 1,20M; MADEIRA TRATADA OU ALUMÍNIO REFORÇADO, COM ACABAMENTO ERGONÔMICO; BASE DA VASSOURA: PLÁSTICA OU DE MADEIRA, RESISTENTE À UMIDADE E IMPACTOS; COR: VARIADA, CONFORME DISPONIBILIDADE DO FORNECEDOR; IDEAL PARA PISOS CERÂMICOS, CIMENTADOS, ÁSPEROS E ÁREAS EXTERNAS; PRODUTO DURÁVEL E RESISTENTE AO DESGASTE DIÁRIO.	UNID	800	R$ 22,00	R$ 17.600,00
118	VASSOURA DE PAIÇAVA Nª 05, COM CABO DE MADEIRA FIXADA AO CORPO	UNID	800	R$ 32,30	R$ 25.842,64

	ATREVES DO REVESTIMENTO. VASSOURA ROBUSTA COM CERDAS DE PIAÇAVA NATURAL OU SINTÉTICA, IDEAL PARA LIMPEZA PESADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. INDICADA PARA REMOÇÃO EFICIENTE DE SUJEIRA, POEIRA E DETRITOS EM SUPERFÍCIES RÚSTICAS, CALÇADAS, PÁTIOS, RUAS E ÁREAS INDUSTRIAIS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: MATERIAL DAS CERDAS: PIAÇAVA NATURAL OU SINTÉTICA DE ALTA RESISTÊNCIA; TAMANHO: Nº 5 (DIMENSÃO PADRÃO PARA LIMPEZA PESADA); COMPRIMENTO DO CABO: MÍNIMO DE 1,20M; MATERIAL DO CABO: MADEIRA TRATADA OU ALUMÍNIO REFORÇADO, COM ACABAMENTO ERGONÔMICO; BASE DA VASSOURA: MADEIRA RESISTENTE OU PLÁSTICO REFORÇADO; COR: VARIADA, CONFORME DISPONIBILIDADE DO FORNECEDOR; INDICADO PARA PISOS ÁSPEROS, ÁREAS EXTERNAS, RUAS, QUINTAIS E GARAGENS; RESISTÊNCIA: PRODUTO DURÁVEL, RESISTENTE À UMIDADE E AO DESGASTE DIÁRIO.				
119	VASSOURA LAVA-ONIBUS SISAL COM CABO. VASSOURA ESPECIAL PARA LAVAGEM DE ÔNIBUS E VEÍCULOS DE GRANDE PORTE, COM CERDAS DE FIBRA DE COCO QUE GARANTEM UMA LIMPEZA EFICIENTE SEM RISCAR A SUPERFÍCIE. POSSUI CABO LONGO PARA FACILITAR O MANUSEIO E ALCANÇAR ÁREAS MAIS ALTAS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: FIBRA DE COCO NATURAL, RESISTENTE E DURÁVEL; CABEÇA DA VASSOURA: MADEIRA REFORÇADA, COM 28 CM DE LARGURA; COMPRIMENTO DO CABO: 1,20 M, FABRICADO EM MADEIRA TRATADA; FIXAÇÃO DAS CERDAS: BEM DISTRIBUÍDAS PARA GARANTIR MAIOR EFICIÊNCIA NA LIMPEZA; LAVAGEM DE ÔNIBUS, CAMINHÕES E OUTROS VEÍCULOS DE GRANDE PORTE; PRODUTO DURÁVEL, RESISTENTE À UMIDADE E AO USO CONTÍNUO; IDEAL PARA EMPRESAS DE TRANSPORTE, GARAGENS DE FROTAS, POSTOS DE LAVAGEM E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DE GRANDE PORTE, PROPORCIONANDO UMA LIMPEZA PROFUNDA E SEGURA.	UNID.	50	R$ 72,37	R$ 3.618,66
120	VASSOURÕES COM CABO. VASSOURA ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA	UNID	70	R$ 41,71	R$ 2.919,93

	LIMPEZA DE TETOS, FORROS E SUPERFÍCIES ELEVADAS, REMOVENDO POEIRA, TEIAS DE ARANHA E SUJEIRAS ACUMULADAS. POSSUI CABO LONGO PARA FACILITAR O ALCANCE E CERDAS MACIAS QUE NÃO DANIFICAM SUPERFÍCIES DELICADAS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: MATERIAL DAS CERDAS: SINTÉTICAS OU NATURAIS, MACIAS E RESISTENTES; FORMATO ADEQUADO PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES PLANAS E CANTOS; COMPRIMENTO DO CABO: MÍNIMO DE 1,50M, ALUMÍNIO RESISTENTE COM CABO EXTENSOR TELESCÓPIO 6 METROS DE ALUMÍNIO. BASE DA VASSOURA: PLÁSTICA OU DE MADEIRA, COM FIXAÇÃO FIRME DAS CERDAS; COR: VARIADA, CONFORME DISPONIBILIDADE DO FORNECEDOR; USO: INDICADO PARA LIMPEZA DE TETOS, FORROS DE GESSO, PVC, MADEIRA E PAREDES ALTAS; RESISTÊNCIA: PRODUTO DURÁVEL, LEVE E DE FÁCIL MANUSEIO;				

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Toda organização seja ela pública ou privada necessita de materiais básicos para o seu funcionamento, sem os quais seria bastante difícil ou até mesmo, impossível a realização das tarefas do dia a dia. Considerando o caráter essencial dos materiais a serem adquiridos para o funcionamento e manutenção dos serviços ofertados pelos órgãos públicos municipais, tendo em vista que tais materiais são importantes para o desenvolvimento das atividades rotineiras tanto das unidades administrativas quanto do sistema de ensino, de saúde e demais unidades, e a ausência destes pode prejudicar na oferta e qualidade dos atendimentos à população. Portanto justifica-se a necessidade de abertura de processo Licitatório para aquisição do objeto em evidência, visando atender as demandas dos órgãos municipais para a garantia da eficiência, eficácia e qualidade na prestação de serviços públicos.

2.1.1. Solicita-se a aquisição amparada por ata registro de preços, a qual permite a esta Secretaria realizar suas aquisições em consonância com as demandas surgidas, sem a necessidade de prévia manifestação orçamentária, salvaguardando-se de qualquer excesso, quando desnecessário, além de se conseguir melhores condições para aquisição através do procedimento licitatório realizado com maior número de interessados na comercialização dos mesmos.

2.1.2. A solicitação foi elaborada a partir das necessidades da Secretaria, visto que o fornecimento de produtos é necessário em razão da necessidade das secretarias em adquirir os presentes produtos que serão utilizados em diversos eventos a serem realizados por esta secretaria, sendo imprescindível a aquisição dos presentes produtos.

2.1.3. Assim, é de fundamental importância a aquisição do objeto em epigrafo, para que a Prefeitura e Secretarias, possam exercer suas atividades.

2.1.4. A fundamentação da contratação administrativa como um todo está no Estudo Técnico Preliminar – ETP (§ 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021).

2.1.5. O Estudo Técnico Preliminar, que caracteriza o interesse público, compõe a fase preparatória, possui informações sensíveis e estratégicas relacionadas ao órgão e que não precisam ser disponibilizadas ao mercado, não está obrigado a disponibilizar o ETP, uma vez que a legislação e regulamento não exige.

Do Sistema de Registro de Preços:
2.2. A presente contratação será por Sistema de Registro de Preços, nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, com regulamentação dada pelo Decreto Municipal nº 006/2.024, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência, conforme competências abaixo:
2.2.1. Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Jequitinhonha.
2.2.2. Órgão Coordenador: Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.
2.3. Da adoção do Registro de Preços
2.3.1. O sistema de registro de preços está amparado pela(s) hipóteses(s) abaixo:
a) há necessidade de contratações permanentes ou frequentes em razão das características do objeto;
b) é conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;
c) não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado em razão da natureza e características do objeto;
d) é conveniente para atendimento a mais de um órgão da Administração.
2.4 A contratação será através do sistema de registro de preços, o que permite ao município realizar as aquisições de forma discricionária durante o período de vigência da ARP, não gerando assim gastos financeiros elevados de uma única vez.

3. EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

3.1. O prazo de entrega dos produtos é de até 10 (dez) dias corridos após a solicitação, contados do recebimento da requisição de compras de acordo com o solicitado pela Secretaria.
3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
3.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços a serem fornecidos no ato da assinatura da ata de registro de preço:
Garantia, manutenção e assistência técnica
3.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

4.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.1 A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal /fatura, a descrição completa dos itens fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

4.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 1 (um) dias útil, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

4.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

4.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

4.12. A Administração deverá realizar consulta para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.13. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

4.17. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do documento fiscal, e após formalização da liquidação da despesa, juntamente com as autorizações de fornecimentos, para a Prefeitura Municipal.

4.18. A Prefeitura será responsável por receber a(s) Nota(s) Fiscal(is), juntamente com as autorizações de fornecimento emitidas pelo Setor de Compras, onde fará a conferência das autorizações de fornecimento.

4.19. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedor a, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

4.19.1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) juntamente com as autorizações de fornecimento deverá(ão) serem entregue(s) até o 2º (segundo) dia útil subsequente ao fornecimento dos objetos licitados, não sendo aceito a(s) nota(s) fiscal(is) que chegar(em) depois deste prazo, ficando para serem apuradas no mês seguinte.

Forma de pagamento

4.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5. FORMA E LOCAL DE ENTREGA

5.1. Os produtos serão fornecidos de forma parcelada, conforme a demanda das Secretarias Municipais da Prefeitura de Jequitinhonha/MG, devendo ser entregues nos locais indicados pelo Setor de Compras ou pela Secretaria requisitante, dentro dos limites do Município, por conta e responsabilidade da contratada. As solicitações serão formalizadas mediante emissão de requisição ou autorização de fornecimento expedida pelo Setor de Compras.
5.2. Os itens objeto deste Termo de Referência deverá ser entregues em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição ou da autorização de fornecimento emitida pela Administração, observadas as especificações, quantidades, tamanhos, modelos, cores, personalizações e demais características definidas para cada item.
5.3. O quantitativo registrado constitui mera estimativa para o período de vigência da Ata de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração, que realizará as aquisições de acordo com suas necessidades e disponibilidade orçamentária.

6. DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Buscar-se-á no processo licitatório a compra de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental, em relação aos seus similares; na aquisição dos materiais, poderão ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
b) que os produtos devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
c) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva; tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), etc. dentre outros que façam parte da composição do item.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 20 % (vinte por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2 (dois) dias;

2. O atraso superior a 7 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das

sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas.

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

8. DA GESTÃO DA ATA / CONTRATO ADMINISTRATIVO

8.1. O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato administrativo, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº. 14.133/2021).

8.3. A execução do contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(a) fiscal do contrato administrativos, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

8.4. O(A) fiscal do contrato administrativo anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato administrativo, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

8.5. O(A) fiscal do contrato administrativo informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (§ 2º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

8.6. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº. 14.133/2021).

8.7. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº. 14.133/2021).

8.8. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo (art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).

8.9. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato administrativo (§ 1º do art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).

8.10. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, tal como: e-mail.
8.11. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA
9.1. Executar o objeto deste Termo, em conformidade com o Edital e Anexos, bem como a proposta por ela apresentada, principalmente no que se refere à qualidade dos produtos.
9.2. Prestar esclarecimentos e informações solicitadas pela Administração;
9.3. Aceitar a alteração no objeto da ARP por parte da Detentora da Ata, desde que dentro do limite legal, logicamente que se adequando os custos provenientes da dita alteração.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA
10.1. Considerando nossa referência de preço, o valor estimado para a presente contratação é de R$ 2.916.330,43 (dois milhões novecentos e dezesseis mil trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos). Tal estimativa serve como parâmetro, mas é importante destacar que as efetivas contratações estarão sujeitas à disponibilidade financeira do município e às prioridades estabelecidas pela gestão.

11. DO REAJUSTE
11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
11.3. Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, valendo-se, pois, em regra, da adoção de índices setoriais ou específicos.
11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
11.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
11.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
11.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
11.9. O reajuste será realizado legislação vigente.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do ano em que se der a contratação, informadas pela Secretaria solicitante quando das eventuais e futuras aquisições.
12.2 Na licitação para registro de preços não é necessário a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme preceitua a Lei n.º 14.133/2021.
12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

13.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
13.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:
a) apresentação de relatório favorável do órgão coordenador, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
b) comprovação de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.
13.1.2. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços. No caso de prorrogação, o quantitativo da Ata de Registro de Preços será renovado.
13.1.3. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato ou ordem de início de serviços, e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei n° 14.133/21.
13.1.4. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.
13.1.5. Atendidos os requisitos previstos no artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não participou do certame, mediante anuência do órgão gerenciador e da signatária da ata.

14. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

14.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Jequitinhonha.
14.1.1 Além do gerenciador, é participante do registro de preços:
a) Gabinete do Prefeito;
b) Secretaria Municipal de Finanças;
c) Secretaria Municipal de Educação;
d) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;
e) Secretaria Municipal de Saúde;
f) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
g) Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;
h) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

15.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

15.2. Poderão participar desta licitação empresas reunidas em consórcio ou isoladamente, que satisfaçam plenamente às condições do edital e termo de referência.

15.2.1. Em relação à habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, exceto se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

17. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)

17.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

b) cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;

e) notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

f) fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

18. DISPOSIÇÃO FINAL

18.1. A empresa contratada se obriga a não subcontratar, total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

Jequitinhonha/MG, 25 de agosto de 2026.

Original Assinado

REINALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração

ANEXO II
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº __ / 2026
Processo Licitatório nº 061/2026
Pregão Eletrônico nº 026/2026

O MUNICÍPIO DE JEQUITINHONHA, Estado de Minas Gerais, com sede na Av. Pedro Ferreira, 159, Centro, CEP 39.960-000, na cidade de Jequitinhonha, inscrito no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 026/2026, Processo Licitatório nº 061/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 006/2024, e em mediante as condições a seguir pactuadas

Razão Social: .....
CNPJ: .....
Endereço: .....
Contato (e-mail e telefone): .....
Representante Legal: .....
CPF: .....

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Materiais de limpeza, Utensílios e afins para atender as demandas das secretarias municipais de Jequitinhonha/MG.

1.2. Vinculam esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DOS ITENS E PREÇOS REGISTRADOS SÃO OS QUE SEGUE:

2.1. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, nas quantidades máximas de cada item:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO (se exigido no edital)	UNIDADE MEDIDA	QTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
xx							

2.2. O valor estimado total da presente Ata de Registro de Preços é de R$ ..... (.....)

2.3. No preço registrado estão incluídas todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre o preço do item, bem como os custos de transportes, materiais, instalações, perdas, mão-de-obra, equipamentos, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços/fornecimentos.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Jequitinhonha.
3.2. Além do gerenciador, é participante do registro de preços:
a) Gabinete do Prefeito;
b) Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;
c) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;
d) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável;
e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
f) Secretaria Municipal de Educação;
g) Secretaria Municipal de Finanças;
h) Secretaria Municipal de Saúde.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

5.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.
5.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.3.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.4. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4.1. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.
5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.6. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
5.9. Se a CONTRATADA deixar de executar os serviços/fornecimento dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço/objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar/receber a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista nesse instrumento; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra, do orçamento vigente para o município.

12. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

12.1. Prazo de entrega do objeto licitado, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da Ordem de Compra será de 10 (dez) dias corridos.
12.2. A entrega ocorrerá nos endereços indicados na Ordem de Fornecimento, dentro dos limites do município no horário das 08h00 às 17h00.
12.3. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na Proposta, devendo ser substituídos, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
12.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
12.5. O prazo de garantia contra defeito e vícios de fabricação será para cada item, sem qualquer ônus adicional para o Município de Jequitinhonha/MG, contados a partir do seu recebimento definitivo.

13. DA ASSINATURA ELETRÔNICA E/OU DIGITAL

13.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.
13.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.
13.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos no documento, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

14. DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Jequitinhonha/MG, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, foi o presente assinado eletronicamente pelas partes contraentes.
Jequitinhonha – MG, ... de ..... de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA-MG ..... Cargo Órgão Gerenciador	..... Empresa Detentora da ARP

PREFEITURA MUNICIPAL DE
JEQUITINHONHA
O povo sempre!

ANEXO III
TERMO DE CONTRATO Nº __ / 2026
Processo Licitatório nº 061/2026
Pregão Eletrônico nº 026/2026

Pelo presente Termo de Contrato, são partes, através de seus representantes no final nomeados como: CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE JEQUITINHONHA, entidade de direito público, CNPJ nº....., sediada na Av. Pedro Ferreira, 159, Centro, CEP: 39.960-000, na cidade de Jequitinhonha (MG), e aqui representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, ..., portador do CPF nº _____ e, como CONTRATADA a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº ....., com sede na Rua _____, cidade de _____, e aqui representada por seu representante legal _____, portado do CPF nº _____, adjudicatária do Pregão Eletrônico n°. 026/2026, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Decretos Municipais que regulamento a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito municipal de Jequitinhonha - MG, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS
1.1. E objeto do presente termo de contrato a Aquisição de Materiais de limpeza, Utensílios e afins para atender as demandas das secretarias municipais de Jequitinhonha/MG, conforme condições estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL)	UNID	QUANT.	VR. UNIT	VR. TOTAL
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA E À PROPOSTA DA LICITANTE VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO:
2.1 - O Termo de Referência;
2.2 - O Edital da Licitação;
2.3 - A Proposta do contratado;
2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.
3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS
3.1. As legislações aplicáveis à execução deste contrato administrativo, inclusive quanto aos casos omissão, são:
3.1.1. Lei nº. 14.133/2021;
3.1.2. Decretos Municipais que regulamento a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito municipal de Jequitinhonha - MG.
4. CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
4.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... (xx) contados do(a) ....., prorrogáveis, desde que a autoridade competente ateste que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção do contrato administrativo sem ônus para qualquer das partes (arts. 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021).
5. CLÁUSULA QUINTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO
5.1. O regime de execução ou a forma de fornecimento está prevista no TR.

6. CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO

6.1. O preço deste contrato administrativo é de R$.. (.....).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.4. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência.

6.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado do orçamento estimado, ou seja: .... de .... de 2026, salvo no caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro.

6.6. Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.8. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.9. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.10. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.12. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.13. Não haverá atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DOS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA O PAGAMENTO

7.1. Os critérios e a periocidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para o pagamento estão previstos no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA: DOS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO

8.1. Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando o for caso, estão previstos no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA: DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação administrativa correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentaria Anual - LOA - do Município de Jequitinhonha - MG deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
[...]
9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da LOA respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DA MATRIZ DE RISCO, QUANDO FOR O CASO

10.1. A matriz de risco não é obrigatória nesta contratação administrativo, conforme § 1º do art. 3º do Decreto Municipal que fala sobre as práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo na aplicação da Lei nº. 14.133/2021.

11. CLÁSUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, SE FOR O CASO

11.1. Não haverá repactuação de preços neste caso, conforme inciso LIX do art. 6º c/c inciso II do § 8º do art. 25 c/c inciso II do § 4º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO

12.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de, no máximo, 30 (trinta) dias.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR SUA PLENA EXECUÇÃO, QUANDO EXIGIDAS, INCLUSIVE AS QUE FOREM OFERECIDAS PELO CONTRATADO NO CASO DE ANTECIPAÇÃO DE VALORES A TÍTULO DE PAGAMENTO

13.1. Não foi exigência de garantia contratual.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº. 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

14.1. O prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, estão previstos no TR.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

15.1 - As obrigações das partes estão previstas no edital do Pregão.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO

16.1. As penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo estão previstos no edital do Pregão.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO

17.1. A gestão deste contrato administrativo, observados os requisitos definidos em regulamento está previsto no Termo de Referência.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS CASOS DE EXTINÇÃO

18.1. O contrato administrativo se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

18.2. O contrato administrativo pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
18.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº. 14.133/2021.
18.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada o ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato administrativo.
18.2.2.1. Se a operação implicar mudança da Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
18.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
18.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
18.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Da Assinatura Eletrônica e/ou Digital
19.3. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.
19.4. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.
19.5. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos no documento, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA: Das disposições finais
20.1. O Contratante fará a publicação deste contrato administrativo nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
20.2. O foro da Justiça Estadual de Jequitinhonha - MG, é eleito para dirimir os eventuais litígios que decorrerem da execução deste contrato administrativo que não puderem ser compostos pela conciliação (§ 1º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021).

Jequitinhonha - MG, dia de mês de 2026

PREFEITO MUNICIPAL - CONTRATANTE

FORNECEDOR / CONTRATADO

ANEXO IV
DAS DECLARAÇÕES
Processo Licitatório nº 061/2026
Pregão Eletrônico nº 026/2026

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na Praça/Rua/Av. _____, nº. _____, bairro _____, cidade de _____, estado de _____, por intermédio de seu(ua) sócio(a)-administrador(a), senhor(a) _____, inscrito no CPF nº. __, **declara,** para os devidos fins:

( ) Não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
( ) Minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
( ) Não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
( ) Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. Local e data.

_____
Assinatura